

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	22
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	23

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	92
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	94
--	----

Motivos de Reapresentação	96
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	227.836.623
Preferenciais	0
Total	227.836.623
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	22/06/2012	Ordinária		2,54000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	25.748.423	25.018.556
1.01	Ativo Circulante	3.170.190	3.704.694
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.766.313	2.142.079
1.01.03	Contas a Receber	1.139.520	1.257.348
1.01.03.01	Clientes	1.005.395	1.072.015
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	134.125	185.333
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	134.125	185.333
1.01.04	Estoques	39.709	44.576
1.01.06	Tributos a Recuperar	53.314	117.893
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	53.314	117.893
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	171.334	142.798
1.01.08.03	Outros	171.334	142.798
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	71.013	99.729
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	100.321	43.069
1.02	Ativo Não Circulante	22.578.233	21.313.862
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	936.975	931.985
1.02.01.03	Contas a Receber	321.680	333.713
1.02.01.03.01	Clientes	321.680	333.713
1.02.01.06	Tributos Diferidos	187.409	177.926
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	187.409	177.926
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	146.373	170.288
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	146.373	170.288
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	281.513	250.058
1.02.01.09.03	Indenizações a Receber	60.295	60.295
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	48.254	54.178
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	106.478	100.551
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	66.486	35.034
1.02.02	Investimentos	77.481	74.571
1.02.02.01	Participações Societárias	23.435	21.986
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23.435	21.986
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.046	52.585
1.02.03	Imobilizado	199.654	181.585
1.02.04	Intangível	21.364.123	20.125.721
1.02.04.01	Intangíveis	21.364.123	20.125.721
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.683.233	7.736.810
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	4.252.345	3.179.545
1.02.04.01.03	Contrato Prestação de Serviço	9.485.186	9.190.573
1.02.04.01.04	Licença de Uso de Software	195	2.316
1.02.04.01.05	Novos Negócios	13.378	16.477
1.02.04.01.06	Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-35.127	0
1.02.04.01.07	Provisão para Perda de Inventário	-35.087	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	25.748.423	25.018.556
2.01	Passivo Circulante	3.606.408	3.956.146
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	316.816	243.502
2.01.01.01	Obrigações Sociais	23.850	31.836
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	292.966	211.666
2.01.02	Fornecedores	255.236	244.658
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	255.236	244.658
2.01.03	Obrigações Fiscais	221.268	180.794
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	216.083	175.264
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	97.894	0
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	51.437	57.052
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	26.070	25.630
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	28.279	36.716
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	12.403	55.866
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.185	5.530
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.310.039	1.629.184
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	817.460	825.265
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	598.582	635.888
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	218.878	189.377
2.01.04.02	Debêntures	492.579	803.919
2.01.05	Outras Obrigações	858.511	893.938
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.231	12.062
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.231	12.062
2.01.05.02	Outros	857.280	881.876
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	142	247.486
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	378.682	383.116
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	44.801	50.300
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programas	106.156	62.287
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada - PPP	24.357	12.693
2.01.05.02.08	Convênio Prefeitura Municipal de São Paulo	49.272	62.228
2.01.05.02.09	Indenizações	9.465	5.310
2.01.05.02.10	Acordos	173.000	0
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	71.405	58.456
2.01.06	Provisões	644.538	764.070
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	185.589	117.556
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	5.916	5.859
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	138.340	86.821
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	41.333	24.876
2.01.06.02	Outras Provisões	458.949	646.514
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	14.761	12.014
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	343.020	244.817
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	101.168	389.683
2.02	Passivo Não Circulante	10.737.774	10.516.514
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.084.777	6.794.148
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.716.091	4.725.684
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.676.552	1.861.640

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.039.539	2.864.044
2.02.01.02	Debêntures	2.368.686	2.068.464
2.02.02	Outras Obrigações	2.941.283	2.914.607
2.02.02.02	Outros	2.941.283	2.914.607
2.02.02.02.03	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	0	18.363
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.113.479	2.050.697
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programas	151.575	130.978
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada - PPP	401.934	416.105
2.02.02.02.07	Indenizações	29.644	43.707
2.02.02.02.08	TAC - Aposentados	17.047	30.171
2.02.02.02.09	Cofins e Pasep Diferidos	116.048	114.106
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	111.556	110.480
2.02.04	Provisões	711.714	807.759
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	292.595	293.794
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	71.756	70.589
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	97.128	69.715
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	123.711	153.490
2.02.04.02	Outras Provisões	419.119	513.965
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	131.423	109.165
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	258.200	373.716
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	29.496	31.084
2.03	Patrimônio Líquido	11.404.241	10.545.896
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	3.929.810	4.217.953
2.03.04.01	Reserva Legal	521.219	521.219
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	288.143
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	3.408.591	3.408.591
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.146.488	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.710.985	7.763.716	2.591.262	7.225.668
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.592.348	-4.656.557	-1.634.513	-4.440.004
3.02.01	Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-993.171	-2.952.507	-978.484	-2.858.247
3.02.02	Custos de Construção	-599.177	-1.704.050	-656.029	-1.581.757
3.03	Resultado Bruto	1.118.637	3.107.159	956.749	2.785.664
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-456.398	-1.094.916	-323.374	-1.075.481
3.04.01	Despesas com Vendas	-188.892	-528.182	-116.219	-449.757
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-207.387	-530.417	-192.317	-660.018
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.528	48.009	-2.131	58.058
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	16.114	53.341	-2.434	63.889
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-1.586	-5.332	303	-5.831
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-74.061	-80.683	-10.540	-19.346
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-73	-1.881	-8.265	-12.644
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-3.730	-8.417	-1.915	-6.225
3.04.05.04	Provisão Redução ao Valor Recuperação Ativos	-35.127	-35.127	0	0
3.04.05.05	Provisão Perdas com Inventário	-35.087	-35.087	0	0
3.04.05.20	Outras	-44	-171	-360	-477
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-586	-3.643	-2.167	-4.418
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	662.239	2.012.243	633.375	1.710.183
3.06	Resultado Financeiro	-109.293	-395.657	-510.698	-515.782
3.06.01	Receitas Financeiras	68.232	226.644	113.894	324.466
3.06.01.01	Receitas Financeiras	68.282	226.749	113.508	339.030
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	-50	-105	386	-14.564
3.06.02	Despesas Financeiras	-177.525	-622.301	-624.592	-840.248
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-154.450	-476.759	-158.207	-517.203
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	-23.075	-145.542	-466.385	-323.045
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	552.946	1.616.586	122.677	1.194.401
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-191.182	-470.098	-54.713	-463.996

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.08.01	Corrente	-240.126	-479.581	-112.974	-519.992
3.08.02	Diferido	48.944	9.483	58.261	55.996
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	361.764	1.146.488	67.964	730.405
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	361.764	1.146.488	67.964	730.405
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,58783	5,03208	0,29830	3,20584
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,58783	5,03208	0,29830	3,20584

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui demonstração de resultado abrangente.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.847.791	1.897.590
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.378.306	3.186.309
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imp.Renda e Contr.Social	1.616.586	1.194.401
6.01.01.02	Provisões	231.150	220.254
6.01.01.05	Resultado na Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	2.129	21.162
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	543.702	572.514
6.01.01.07	Juros Calculados s/ Empréstimos e Financ. a Pagar	306.742	342.528
6.01.01.08	Variações Monetária e Cambiais de Emprést. e Financ.	169.399	367.326
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias Passivas	1.147	2.197
6.01.01.10	Juros e Variações Monetárias Ativas	-9.919	-19.404
6.01.01.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Baixa de Títulos	304.011	240.883
6.01.01.12	Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta(TAC)	24.482	40.561
6.01.01.13	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.643	4.418
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	-6.522	-7.432
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	1.186	4.900
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal São Paulo	-4.080	0
6.01.01.17	Margem de Valor Justo sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-36.919	-39.284
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	161.355	241.285
6.01.01.19	Provisão para Perda de Inventário	35.087	0
6.01.01.20	Provisão para Redução de Valor Recuperável	35.127	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-771.753	-265.960
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-195.751	-219.880
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	50.582	36.585
6.01.02.03	Estoques	4.791	228
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-27.229	-42.159
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-95.741	-21.186
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-150.326	3.624
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-28.618	73.762
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contrib. Social	48.832	22.557
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-98.573	-8.432
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-76.930	-56.672
6.01.02.12	Serviços Recebidos	-4.434	-37.695
6.01.02.13	Outras Obrigações	85.326	131.608
6.01.02.14	Provisões	-285.624	-148.317
6.01.02.15	Impostos sobre Receitas	1.942	17
6.01.03	Outros	-758.762	-1.022.759
6.01.03.01	Juros Pagos	-471.168	-583.666
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuições Pagos	-287.594	-439.093
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.330.861	-1.154.196
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-12.305	-8.174
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-1.342.180	-1.337.179
6.02.03	Aumento Investimento	-5.092	-14.050
6.02.04	Caixa Restrito	28.716	205.207
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-892.696	-503.943

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.03.01	Captações	995.442	1.456.501
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-1.350.366	-1.537.521
6.03.03	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-537.772	-422.923
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-375.766	239.451
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.142.079	1.988.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.766.313	2.227.455

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-288.143	0	0	-288.143
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-288.143	0	0	-288.143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.146.488	0	1.146.488
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.146.488	0	1.146.488
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.929.810	1.146.488	0	11.404.241

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-68.761	0	0	-68.761
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-68.761	0	0	-68.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	730.405	0	730.405
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	730.405	0	730.405
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.285.096	730.405	0	10.343.444

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	8.149.228	7.634.919
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.500.917	6.043.317
7.01.02	Outras Receitas	53.341	63.889
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.740.969	1.621.042
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-145.999	-93.329
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.398.090	-3.106.286
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.818.116	-2.626.876
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-499.291	-460.064
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-35.127	0
7.02.04	Outros	-45.556	-19.346
7.02.04.01	Provisão para Perdas de Inventário	-35.087	0
7.02.04.02	Outros	-10.469	-19.346
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.751.138	4.528.633
7.04	Retenções	-543.702	-572.514
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-543.702	-572.514
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.207.436	3.956.119
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	223.001	320.048
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.643	-4.418
7.06.02	Receitas Financeiras	226.644	324.466
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.430.437	4.276.167
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.430.437	4.276.167
7.08.01	Pessoal	1.148.828	1.277.402
7.08.01.01	Remuneração Direta	774.184	741.888
7.08.01.02	Benefícios	302.641	453.324
7.08.01.03	F.G.T.S.	72.003	82.190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.249.710	1.178.364
7.08.02.01	Federais	1.184.199	1.125.646
7.08.02.02	Estaduais	38.764	30.702
7.08.02.03	Municipais	26.747	22.016
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	885.411	1.089.996
7.08.03.01	Juros	839.409	1.062.725
7.08.03.02	Aluguéis	46.002	27.271
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.146.488	730.405
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.146.488	730.405

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	25.953.815	25.214.984
1.01	Ativo Circulante	3.169.152	3.725.833
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.777.706	2.149.989
1.01.03	Contas a Receber	1.140.621	1.257.992
1.01.03.01	Clientes	1.006.496	1.072.659
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	134.125	185.333
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	134.125	185.333
1.01.04	Estoques	39.754	44.611
1.01.06	Tributos a Recuperar	53.683	118.116
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	53.683	118.116
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	157.388	155.125
1.01.08.03	Outros	157.388	155.125
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	71.013	99.729
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	86.375	55.396
1.02	Ativo Não Circulante	22.784.663	21.489.151
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	942.988	938.421
1.02.01.03	Contas a Receber	321.680	333.713
1.02.01.03.01	Clientes	321.680	333.713
1.02.01.06	Tributos Diferidos	191.537	179.463
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	191.537	179.463
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	146.373	170.288
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	146.373	170.288
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	283.398	254.957
1.02.01.09.03	Indenizações a Receber	60.295	60.295
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	48.254	54.178
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	106.478	100.551
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	68.371	39.933
1.02.02	Investimentos	54.046	52.585
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.046	52.585
1.02.03	Imobilizado	401.337	356.468
1.02.04	Intangível	21.386.292	20.141.677
1.02.04.01	Intangíveis	21.386.292	20.141.677
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.705.289	7.752.756
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	4.252.345	3.179.545
1.02.04.01.03	Contrato Prestação Serviço	9.485.186	9.190.573
1.02.04.01.04	Licença Uso Software	308	2.326
1.02.04.01.05	Novos Negócios	13.378	16.477
1.02.04.01.06	Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-35.127	0
1.02.04.01.07	Provisão para Perda de Inventário	-35.087	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	25.953.815	25.214.984
2.01	Passivo Circulante	3.626.811	3.968.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	317.467	243.876
2.01.01.01	Obrigações Sociais	23.965	31.927
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	293.502	211.949
2.01.02	Fornecedores	257.128	255.557
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	257.128	255.557
2.01.03	Obrigações Fiscais	221.436	181.122
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	216.244	175.378
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	97.981	0
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	51.480	57.073
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	26.083	25.645
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	28.279	36.716
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	12.421	55.944
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	4
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.192	5.740
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.316.504	1.630.010
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	823.925	826.091
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	605.047	636.714
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	218.878	189.377
2.01.04.02	Debêntures	492.579	803.919
2.01.05	Outras Obrigações	869.738	894.033
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.231	12.062
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.231	12.062
2.01.05.02	Outros	868.507	881.971
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	142	247.486
2.01.05.02.04	Serviços	378.682	383.116
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	44.801	50.300
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programas	106.156	62.287
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada - PPP	24.357	12.693
2.01.05.02.08	Convênio Prefeitura Municipal de São Paulo	49.272	62.228
2.01.05.02.09	Indenizações	9.465	5.310
2.01.05.02.10	Acordos	173.000	0
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	82.632	58.551
2.01.06	Provisões	644.538	764.070
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	185.589	117.556
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	5.916	5.859
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	138.340	86.821
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	41.333	24.876
2.01.06.02	Outras Provisões	458.949	646.514
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	14.761	12.014
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	343.020	244.817
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	101.168	389.683
2.02	Passivo Não Circulante	10.922.763	10.700.420
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.269.624	6.966.285
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.743.105	4.737.722

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.703.566	1.873.678
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.039.539	2.864.044
2.02.01.02	Debêntures	2.526.519	2.228.563
2.02.02	Outras Obrigações	2.941.422	2.926.376
2.02.02.02	Outros	2.941.422	2.926.376
2.02.02.02.03	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	0	18.363
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.113.479	2.050.697
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programas	151.575	130.978
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada - PPP	401.934	416.105
2.02.02.02.07	Indenizações	29.644	43.707
2.02.02.02.08	TAC - Aposentados	17.047	30.171
2.02.02.02.09	Cofins e Pasep Diferidos	117.507	114.957
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	110.236	121.398
2.02.04	Provisões	711.717	807.759
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	292.598	293.794
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	71.756	70.589
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	97.128	69.715
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	123.714	153.490
2.02.04.02	Outras Provisões	419.119	513.965
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	131.423	109.165
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	258.200	373.716
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	29.496	31.084
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.404.241	10.545.896
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	3.929.810	4.217.953
2.03.04.01	Reserva Legal	521.219	521.219
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	288.143
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	3.408.591	3.408.591
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.146.488	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.710.673	7.777.356	2.592.799	7.230.055
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.591.939	-4.667.260	-1.635.681	-4.443.251
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-992.226	-2.954.883	-979.440	-2.860.691
3.02.02	Custos de Construção	-599.713	-1.712.377	-656.241	-1.582.560
3.03	Resultado Bruto	1.118.734	3.110.096	957.118	2.786.804
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-456.640	-1.097.489	-322.628	-1.075.239
3.04.01	Despesas com Vendas	-188.654	-528.323	-116.307	-449.949
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-208.495	-536.598	-193.678	-664.088
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.570	48.115	-2.103	58.144
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	16.156	53.447	-2.406	63.975
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-1.586	-5.332	303	-5.831
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-74.061	-80.683	-10.540	-19.346
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-73	-1.881	-8.265	-12.644
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-3.730	-8.417	-1.915	-6.225
3.04.05.04	Provisão Redução ao Valor Recuperação Ativos	-35.127	-35.127	0	0
3.04.05.05	Provisão Perdas com Inventário	-35.087	-35.087	0	0
3.04.05.20	Outras	-44	-171	-360	-477
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	662.094	2.012.607	634.490	1.711.565
3.06	Resultado Financeiro	-109.408	-398.551	-510.871	-516.124
3.06.01	Receitas Financeiras	68.319	227.088	113.987	324.651
3.06.01.01	Receitas Financeiras	68.370	227.184	113.601	339.212
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	-51	-96	386	-14.561
3.06.02	Despesas Financeiras	-177.727	-625.639	-624.858	-840.775
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-154.652	-480.085	-158.473	-517.729
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	-23.075	-145.554	-466.385	-323.046
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	552.686	1.614.056	123.619	1.195.441
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-190.922	-467.568	-55.655	-465.036
3.08.01	Corrente	-240.204	-479.801	-113.182	-520.200

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.08.02	Diferido	49.282	12.233	57.527	55.164
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	361.764	1.146.488	67.964	730.405
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	361.764	1.146.488	67.964	730.405
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	361.764	1.146.488	67.964	730.405
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,58783	5,03208	0,29830	3,20584
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,58783	5,03208	0,29830	3,20584

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui demonstração de resultado abrangente.

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.871.393	1.901.215
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.383.498	3.183.634
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição	1.614.056	1.195.441
6.01.01.02	Provisões	231.150	220.254
6.01.01.05	Resultado na Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	2.138	21.162
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	543.838	572.556
6.01.01.07	Juros Calculados sobre Empréstimos e Financiamentos a Pagar	318.650	342.528
6.01.01.08	Variações Monetária e Cambial de Empréstimos e Financiamentos	169.399	367.326
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias Passivas	1.147	2.197
6.01.01.10	Juros e Variações Ativas	-9.919	-19.404
6.01.01.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Baixa de Títulos	304.011	240.883
6.01.01.12	Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta(TAC)	24.482	40.561
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	-6.522	-7.432
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	1.186	4.900
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	-4.080	0
6.01.01.17	Margem de Valor justo Sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-37.607	-38.623
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	161.355	241.285
6.01.01.19	Provisão para Perda de Inventário	35.087	0
6.01.01.20	Provisão para Redução de Valor Recuperável	35.127	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-752.525	-259.660
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-196.208	-220.227
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	50.582	36.585
6.01.02.03	Estoques	4.781	205
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-27.508	-42.484
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-66.454	-20.577
6.01.02.06	Depósito Judiciais	-150.326	3.624
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-37.625	78.018
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contribuições Sociais	49.109	22.833
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-98.573	-8.432
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-77.177	-55.038
6.01.02.12	Serviços Recebidos	-4.434	-37.695
6.01.02.13	Outras Obrigações	84.220	131.828
6.01.02.14	Provisões	-285.621	-148.317
6.01.02.15	Impostos sobre Receitas	2.709	17
6.01.03	Outros	-759.580	-1.022.759
6.01.03.01	Juros Pagos	-471.986	-583.666
6.01.03.02	Impostos de Renda e Contribuições Pagos	-287.594	-439.093
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.358.239	-1.234.609
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-39.154	-94.006
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-1.347.801	-1.345.810
6.02.04	Caixa Restrito	28.716	205.207
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-885.437	-389.874

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.03.01	Captações	1.007.035	1.625.893
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-1.354.700	-1.592.844
6.03.03	Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	-537.772	-422.923
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-372.283	276.732
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.149.989	1.989.179
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.777.706	2.265.911

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896	0	10.545.896
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896	0	10.545.896
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-288.143	0	0	-288.143	0	-288.143
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-288.143	0	0	-288.143	0	-288.143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.146.488	0	1.146.488	0	1.146.488
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.146.488	0	1.146.488	0	1.146.488
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.929.810	1.146.488	0	11.404.241	0	11.404.241

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800	0	9.681.800
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800	0	9.681.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-68.761	0	0	-68.761	0	-68.761
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-68.761	0	0	-68.761	0	-68.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	730.405	0	730.405	0	730.405
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	730.405	0	730.405	0	730.405
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.285.096	730.405	0	10.343.444	0	10.343.444

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	8.163.802	7.639.425
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.506.414	6.047.683
7.01.02	Outras Receitas	53.447	63.975
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.749.984	1.621.183
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-146.043	-93.416
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.410.936	-3.110.822
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.827.921	-2.629.561
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-502.332	-461.915
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-35.127	0
7.02.04	Outros	-45.556	-19.346
7.02.04.01	Provisão para Perdas de Inventário	-35.087	0
7.02.04.02	Outros	-10.469	-19.346
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.752.866	4.528.603
7.04	Retenções	-543.838	-572.556
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-543.838	-572.556
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.209.028	3.956.047
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	227.088	324.651
7.06.02	Receitas Financeiras	227.088	324.651
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.436.116	4.280.698
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.436.116	4.280.698
7.08.01	Pessoal	1.151.775	1.279.461
7.08.01.01	Remuneração Direta	776.560	743.642
7.08.01.02	Benefícios	303.040	453.520
7.08.01.03	F.G.T.S.	72.175	82.299
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.248.862	1.180.070
7.08.02.01	Federais	1.183.196	1.127.257
7.08.02.02	Estaduais	38.768	30.711
7.08.02.03	Municipais	26.898	22.102
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	888.991	1.090.762
7.08.03.01	Juros	842.746	1.063.252
7.08.03.02	Aluguéis	46.245	27.510
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.146.488	730.405
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.146.488	730.405

Comentário do Desempenho

1. Destaques financeiros

	<i>R\$ milhões</i>							
	3T11	3T12	Var. (R\$)	%	9M11	9M12	Var. (R\$)	%
(+) Receita operacional bruta	2.068,1	2.262,9	194,8	9,4	6.043,3	6.500,9	457,6	7,6
(+) Receita de construção	672,3	612,3	(60,0)	(8,9)	1.621,1	1.741,0	119,9	7,4
(-) COFINS e PASEP	149,1	164,2	15,1	10,1	438,7	478,2	39,5	9,0
(=) Receita operacional líquida	2.591,3	2.711,0	119,7	4,6	7.225,7	7.763,7	538,0	7,4
(-) Custos e despesas	1.287,1	1.389,4	102,3	7,9	3.968,0	4.011,1	43,1	1,1
(-) Custos de construção	656,0	599,2	(56,8)	(8,7)	1.581,8	1.704,1	122,3	7,7
(+) Resultado da equivalência patrimonial	(2,2)	(0,6)	1,6	(72,7)	(4,4)	(3,6)	0,8	(18,2)
(=) Resultado antes das financeiras (LAJIR*)	646,0	721,8	75,8	11,7	1.671,5	2.044,9	373,4	22,3
(+) Depreciação e amortização	168,2	180,2	12,0	7,1	572,5	543,7	(28,8)	(5,0)
(=) LAJIDA**	814,2	902,0	87,8	10,8	2.244,0	2.588,6	344,6	15,4
(%) Margem LAJIDA	31,4	33,3			31,1	33,3		
Lucro líquido	68,0	361,8	293,8	432,1	730,4	1.146,5	416,1	57,0
Lucro por ação (R\$)	0,30	1,59			3,21	5,03		

(*) Lucro antes dos juros e imposto de renda

(**) Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

No 3T12, a receita operacional líquida totalizou R\$ 2,7 bilhões, um crescimento de 4,6% em relação ao 3T11. Os custos e despesas somados aos custos de construção, no montante de R\$ 2,0 bilhões apresentaram um acréscimo de 2,3% em relação ao 3T11. O LAJIR avançou 11,7%, passando de R\$ 646,0 milhões no 3T11 para R\$ 721,8 milhões no 3T12. O LAJIDA passou de R\$ 814,2 milhões no 3T11 para R\$ 902,0 milhões no 3T12, um aumento de 10,8%. A margem LAJIDA no 3T12 atingiu 33,3%, comparativamente a 31,4% no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem LAJIDA resulta em 42,4% no 3T12 (41,6% no 3T11).

2. Receita operacional bruta

A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto apresentou um acréscimo de R\$ 194,8 milhões, ou 9,4%, passando de R\$ 2,1 bilhões no 3T11 para R\$ 2,3 bilhões no 3T12. Os principais fatores responsáveis por essa variação foram o impacto causado pelo reajuste tarifário de 6,83% em 2011 e o crescimento do volume faturado em 3,2% no total da companhia.

3. Receita de construção

A receita de construção apresentou um decréscimo de R\$ 60,0 milhões ou 8,9%, quando comparado com o 3T11, passando de R\$ 672,3 milhões para R\$ 612,3 milhões. A variação se deu principalmente devido ao menor custo de obras em andamento ocorrida no 3T12.

4. Volume faturado

Nos quadros a seguir demonstram-se os volumes faturados de água e esgoto, de acordo com a categoria de uso e região, no 3T11 e 3T12.

Comentário do Desempenho

VOLUME FATURADO ⁽¹⁾ DE ÁGUA E ESGOTO POR CATEGORIA DE USO - milhões de m³

Categoria	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	3T11	3T12	%	3T11	3T12	%	3T11	3T12	%
Residencial	369,1	380,3	3,0	304,1	314,6	3,5	673,2	694,9	3,2
Comercial	41,8	43,6	4,3	39,0	40,4	3,6	80,8	84,0	4,0
Industrial	9,7	9,5	(2,1)	10,1	10,8	6,9	19,8	20,3	2,5
Pública	13,6	14,4	5,9	10,6	11,2	5,7	24,2	25,6	5,8
Total varejo	434,2	447,8	3,1	363,8	377,0	3,6	798,0	824,8	3,4
Atacado	74,1	74,8	0,9	6,8	7,5	10,3	80,9	82,3	1,7
Água de reuso	0,1	0,1	-	-	-	-	0,1	0,1	-
Total	508,4	522,7	2,8	370,6	384,5	3,8	879,0	907,2	3,2
	9M11	9M12	%	9M11	9M12	%	9M11	9M12	%
Residencial	1.109,2	1.136,4	2,5	908,9	936,9	3,1	2.018,1	2.073,3	2,7
Comercial	124,9	129,1	3,4	116,6	119,9	2,8	241,5	249,0	3,1
Industrial	28,9	28,4	(1,7)	30,0	31,7	5,7	58,9	60,1	2,0
Pública	39,6	41,6	5,1	31,0	32,3	4,2	70,6	73,9	4,7
Total varejo	1.302,6	1.335,5	2,5	1.086,5	1.120,8	3,2	2.389,1	2.456,3	2,8
Atacado	222,5	221,8	(0,3)	21,0	21,0	-	243,5	242,8	(0,3)
Água de reuso	0,2	0,3	50,0	-	-	-	0,2	0,3	50,0
Total	1.525,3	1.557,6	2,1	1.107,5	1.141,8	3,1	2.632,8	2.699,4	2,5

VOLUME FATURADO ⁽¹⁾ DE ÁGUA E ESGOTO POR REGIÃO - milhões de m³

Região	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	3T11	3T12	%	3T11	3T12	%	3T11	3T12	%
Metropolitana	287,4	296,6	3,2	244,1	252,9	3,6	531,5	549,5	3,4
Regional ⁽²⁾	146,8	151,2	3,0	119,7	124,1	3,7	266,5	275,3	3,3
Total varejo	434,2	447,8	3,1	363,8	377,0	3,6	798,0	824,8	3,4
Atacado	74,1	74,8	0,9	6,8	7,5	10,3	80,9	82,3	1,7
Água de reuso	0,1	0,1	-	-	-	-	0,1	0,1	-
Total	508,4	522,7	2,8	370,6	384,5	3,8	879,0	907,2	3,2
	9M11	9M12	%	9M11	9M12	%	9M11	9M12	%
Metropolitana	857,6	880,0	2,6	727,8	748,9	2,9	1.585,4	1.628,9	2,7
Regional ⁽²⁾	445,0	455,5	2,4	358,7	371,9	3,7	803,7	827,4	2,9
Total varejo	1.302,6	1.335,5	2,5	1.086,5	1.120,8	3,2	2.389,1	2.456,3	2,8
Atacado	222,5	221,8	(0,3)	21,0	21,0	-	243,5	242,8	(0,3)
Água de reuso	0,2	0,3	-	-	-	-	0,2	0,3	50,0
Total	1.525,3	1.557,6	2,1	1.107,5	1.141,8	3,1	2.632,8	2.699,4	2,5

(1) Não auditado

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

Comentário do Desempenho

5. Custos, despesas administrativas, comerciais e de construção

No 3T12, os custos dos produtos e serviços prestados, despesas administrativas e comerciais tiveram um acréscimo de 2,3% (R\$ 45,5 milhões). A participação dos custos e despesas na receita líquida passou de 75,0% no 3T11 para 73,4% no 3T12.

	<i>R\$ milhões</i>							
	3T11	3T12	Var. (R\$)	%	9M11	9M12	Var. (R\$)	%
Salários e encargos	427,1	426,7	(0,4)	(0,1)	1.395,7	1.276,6	(119,1)	(8,5)
Materiais gerais	42,5	46,1	3,6	8,5	114,2	129,8	15,6	13,7
Materiais de tratamento	37,3	39,1	1,8	4,8	118,8	135,1	16,3	13,7
Serviços	245,1	261,5	16,4	6,7	709,2	779,1	69,9	9,9
Energia elétrica	143,9	144,8	0,9	0,6	436,6	442,8	6,2	1,4
Despesas gerais	194,2	209,7	15,5	8,0	478,6	501,2	22,6	4,7
Despesas fiscais	11,6	10,7	(0,9)	(7,8)	49,1	56,8	7,7	15,7
Sub-total	1.101,7	1.138,6	36,9	3,3	3.302,2	3.321,4	19,2	0,6
Depreciação e amortização	168,2	180,2	12,0	7,1	572,5	543,7	(28,8)	(5,0)
Baixa de crédito	17,2	70,6	53,4	310,5	93,3	146,0	52,7	56,5
Sub-total	185,4	250,8	65,4	35,3	665,8	689,7	23,9	3,6
Custos de construção	656,0	599,2	(56,8)	(8,7)	1.581,8	1.704,1	122,3	7,7
Custos, desp. adm e comerciais e construção	1.943,1	1.988,6	45,5	2,3	5.549,8	5.715,2	165,4	3,0
% sobre a receita líquida	75,0	73,4			76,8	73,6		

5.1. Salários e encargos

No 3T12 ocorreu um decréscimo de R\$ 0,4 milhão ou 0,1% nos salários e encargos, passando de R\$ 427,1 milhões para R\$ 426,7 milhões, em decorrência dos seguintes fatores:

- Ajuste na provisão de verbas rescisórias, no 3T11 no valor de R\$ 15,7 milhões em função de: (i) maior adesão de empregados que solicitaram aposentadoria; e (ii) aprovação da Lei 12.506/11, que altera o aviso prévio de 30 para até 90 dias em caso de demissão sem justa causa; e
- Decréscimo do custo corrente apurado pelo cálculo atuarial para o ano de 2012, referente ao Plano de Benefício Definido no valor de R\$ 4,1 milhões.

Esses decréscimos foram em parte compensados, pelos reajustes salariais de 8,00% desde maio de 2011 e 6,17% desde maio de 2012, com impacto na folha de pagamento de aproximadamente R\$ 19,4 milhões.

5.2. Materiais gerais

No 3T12, houve um acréscimo de R\$ 3,6 milhões ou 8,5%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 42,5 milhões para R\$ 46,1 milhões, relacionados a: (i) manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de operação de água e esgoto, no valor de R\$ 2,4 milhões; e (ii) manutenção de redes e ligações de água e esgoto no valor de R\$ 1,0 milhão.

5.3. Materiais de tratamento

Os gastos no 3T12 foram superiores aos do 3T11 em R\$ 1,8 milhão ou 4,8%, passando de R\$ 37,3 milhões para R\$ 39,1 milhões. Essa variação está relacionada ao acréscimo no consumo e substituição de produtos com o objetivo de atender as necessidades de demanda mantendo a eficiência no tratamento de água.

5.4. Serviços

No 3T12 este item apresentou acréscimo de R\$ 16,4 milhões ou 6,7%, passando de R\$ 245,1 milhões no 3T11 para R\$ 261,5 milhões no 3T12. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram:

- Veiculação de campanhas publicitárias focadas em ações socioambientais, como: (i) conscientização do processo de despoluição "Projeto Tietê", consumo consciente da água, ações realizadas pela Sabesp que impactam na qualidade de vida da população, entre outras, no valor de R\$ 8,6 milhões;

Comentário do Desempenho

- Acréscimo de R\$ 5,9 milhões, referente ao programa de renovação e ampliação da frota, por meio de locação;
- Contrato da Parceria Pública e Privada do Sistema Produtor Alto Tietê com acréscimo de R\$ 4,1 milhões, devido ao início de operação em setembro de 2011, elevando a capacidade de produção de água de 10m³/s para 15m³/s;
- Locação de softwares no valor de R\$ 3,0 milhões, decorrente da manutenção, suporte técnico e treinamento para uso no computador central da Sabesp;
- Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de operação de água e esgoto no valor de R\$ 2,5 milhões; e
- Segurança patrimonial no valor de R\$ 1,3 milhão, em função da ampliação de equipamentos e das áreas que estão sendo providas de segurança.

Os acréscimos citados acima foram compensados pela diminuição de R\$ 10,1 milhões, referente às ações socioambientais estabelecidas no convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo;

5.5. Energia elétrica

No 3T12, este item apresentou acréscimo de R\$ 0,9 milhão, ou 0,6% passando de R\$ 143,9 milhões no 3T11 para R\$ 144,8 milhões no 3T12, associado ao aumento médio tarifário no mercado livre e cativo em torno de 2,05% no período. Esse aumento médio tarifário foi compensado em parte pela concessão de desconto de 15%, desde setembro de 2011, nas Tarifas pelo Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, nas instalações diretamente relacionadas ao saneamento básico.

5.6. Despesas gerais

No 3T12 houve um aumento de R\$ 15,5 milhões ou 8,0%, passando de R\$ 194,2 milhões no 3T11 para R\$ 209,7 milhões no 3T12, em função das seguintes variações:

- Acréscimo de R\$ 4,7 milhões na provisão para pagamento ao fundo municipal, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços com a PMSP;
- Acréscimo nas provisões de processos judiciais no valor de R\$ 2,4 milhões;
- Acréscimo de R\$ 1,7 milhão, devido ao início da cobrança pelo uso da água da bacia hidrográfica da Baixada Santista, desde de fevereiro de 2012; e
- Acréscimo de R\$ 1,2 milhão, referente apoio institucional devido à contribuição para o Instituto Criança Cidadã.

5.7. Depreciação e Amortização

Este item apresentou um acréscimo de R\$ 12,0 milhões ou 7,1%, passando de R\$ 168,2 milhões no 3T11 para R\$ 180,2 milhões no 3T12, resultante da maior transferência de obras para o ativo intangível operacional.

5.8. Baixa de créditos

No 3T12 a baixa de crédito apresentou um acréscimo de R\$ 53,4 milhões ou 310,5%, variando de R\$ 17,2 milhões no 3T11 para R\$ 70,6 milhões no 3T12, principalmente pelo complemento de provisionamento de acordos vencidos de clientes particulares no valor de R\$ 9,6 milhões, entidades públicas municipais no valor de R\$ 4,9 milhões e R\$ 26,7 milhões relativo a entidades públicas estaduais pelo complemento de provisionamento dos débitos vencidos.

6. Outras receitas e despesas operacionais

6.1. Outras receitas operacionais

Apresentaram um acréscimo de R\$ 18,5 milhões, principalmente em virtude de: (i) reclassificação contábil relacionada à venda de materiais inservíveis (sucatas) no 3T11, no valor de R\$ 11,7 milhões, não recorrente

Comentário do Desempenho

para os próximos trimestres; e (ii) repasse de recursos através do Programa de Preservação dos Recursos Hídricos, para execução de projeto do Sistema de Afastamento de Esgoto no Município de Itatiba e construção de 8 elevatórias de esgoto, coletores tronco e linhas de recalque no Município de Piracaia, no valor de R\$ 3,2 milhões.

6.2. Outras despesas operacionais

Apresentaram um acréscimo de R\$ 63,6 milhões, em função principalmente de: (i) indício de perdas no valor recuperável do ativo com acréscimo de R\$ 35,1 milhões; e (ii) provisão para perdas com inventário do ativo intangível no valor de R\$ 35,1 milhões.

7. Despesas e receitas financeiras

	<i>R\$ milhões</i>			
	3T11	3T12	Var.	%
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos	77,8	75,0	(2,8)	(3,6)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos	23,2	22,5	(0,7)	(3,0)
Outras despesas financeiras	38,3	41,2	2,9	7,6
Total das despesas financeiras	139,3	138,7	(0,6)	(0,4)
Receitas financeiras	96,1	54,6	(41,5)	(43,2)
Despesas financeiras, líquidas das receitas	43,2	84,1	40,9	94,7

7.1. Despesas financeiras

No 3T12 ocorreu um decréscimo de R\$ 0,6 milhão, ou 0,4%. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

- Redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos internos no valor de R\$ 2,8 milhões, devido principalmente, à amortização da 9ª emissão de debêntures, ocorrida em outubro de 2011; e
- Outras despesas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 2,9 milhões:
 - Compromissos assumidos junto aos municípios para formalização dos contratos de programa, no valor de R\$ 1,0 milhão; e
 - Maior incidência de juros relacionados a processos no valor de R\$ 1,8 milhão.

7.2. Receitas financeiras

As receitas financeiras apresentaram um decréscimo de R\$ 41,5 milhões, resultante da redução gradual das taxas de juros de mercado obtidas nas aplicações financeiras e pela menor disponibilidade de caixa.

8. Variações monetárias passivas e ativas

	<i>R\$ milhões</i>			
	3T11	3T12	Var.	%
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	7,9	6,6	(1,3)	(16,5)
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	466,3	23,1	(443,2)	(95,0)
Outras variações monetárias/cambiais	11,1	9,1	(2,0)	(18,0)
Variações monetárias passivas	485,3	38,8	(446,5)	(92,0)
Variações monetárias ativas	17,8	13,7	(4,1)	(23,0)
Variações monetárias/cambiais líquidas	467,5	25,1	(442,4)	(94,6)

Comentário do Desempenho

8.1. Variações monetárias passivas

O efeito nas variações monetárias passivas no 3T12 foi de R\$ 446,5 milhões inferiores aos valores do 3T11, com destaque para variação cambial sobre empréstimos e financiamentos externos, no valor de R\$ 443,2 milhões decorrente da desvalorização de 0,4% do real frente ao dólar norte americano e 2,8% do real frente ao iene no 3T12 ante uma desvalorização de 15,8% do real frente dólar norte americano e 19,4% do real frente ao iene no 3T11.

8.2. Variações monetárias ativas

As variações monetárias ativas apresentaram um decréscimo de R\$ 4,1 milhões, em função principalmente do maior número de acordos com clientes para parcelamentos de contas realizados no 3T11.

9. Indicadores operacionais

No terceiro trimestre de 2012 o índice de perdas de água manteve o mesmo comportamento do ano anterior, permanecendo estável no patamar de 26%. Com o início das contratações financiadas pela JICA, previsto para ocorrer em meados de 2013 espera-se obter uma redução mais acentuada desse indicador.

Indicadores operacionais*	3T11	3T12	%
Ligações de água ⁽¹⁾	7.438	7.627	2,5
Ligações de esgoto ⁽¹⁾	5.877	6.073	3,3
População atendida diretamente em água ⁽²⁾	23,8	24,2	1,7
População atendida em esgoto ⁽²⁾	20,4	20,9	2,5
Número de empregados	15.194	14.666	(3,5)
Volume produzido de água ⁽³⁾	2.241	2.285	2,0
Perdas de água (%)	25,7	25,8	0,4

(1) Em milhares de unidades no final do período

(2) Em milhões de habitantes, no final do período. Não inclui o fornecimento por atacado

(3) Em milhões de m³ acumulado no final do período

* Não auditado

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 363 municípios do Estado de São Paulo, foi cessado temporariamente a operação dos municípios de Araçoiaba da Serra, Iperó, Cajobi, Álvares Florense e Macatuba, devido a ordens judiciais, cujos processos encontram-se em andamento, sendo o valor contábil do intangível desses municípios em 30 de setembro de 2012 era de R\$ 22.843. Na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos.

Encontram-se vencidas, em 30 de setembro de 2012, 67 concessões, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2012 e 2032 vencerão 38 concessões. Estas concessões com prazo indeterminado e aquelas em renegociação, com prazo expirado, são amortizadas pela vida útil dos ativos das concessões. Até 30 de setembro de 2012, foram assinados 258 contratos de programa e metropolitano (em 31 de dezembro de 2011 – 225 contratos).

A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas, as escrituras públicas e os 3 municípios sem contratos resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Em 30 de setembro de 2012, o valor contábil do intangível utilizado nos 67 municípios em negociação totaliza R\$ 5.748 milhões, que representam 26,7% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 1.559 milhões, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, que representa 18,89% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 55,10% da receita bruta no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 (dezembro/2011 – 55,11%) e 44,35% do ativo intangível (dezembro/2011 – 45,63%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, nos próximos 30 anos, prorrogáveis por igual período. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

Notas Explicativas

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 30 de setembro de 2012 do município de Santos era de R\$ 381.997 e sua receita bruta de R\$ 165.512, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidas até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova York (NYSE), na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão das investidas. Para efeito de classificação contábil, nas demonstrações financeiras, tais empresas são consideradas como “controladas em conjunto”, conforme critérios estabelecidos no CPC 19.

As presentes informações trimestrais consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(i) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais de 30 de setembro de 2012 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 – Demonstração Intermediária (individual e consolidada) e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (consolidado), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Assim, portanto, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações

Notas Explicativas

Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 30 de setembro de 2012, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras em CPCs e IFRS para o ano findo em 31 de dezembro de 2011.

(ii) Informações Financeiras Individuais e Consolidadas

As informações financeiras individuais estão sendo divulgadas junto com as informações financeiras consolidadas e foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM e de forma consistente com o divulgado na nota 2 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

As Informações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em investidas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Informações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Informações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Informações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Informações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da SABESP e de suas investidas: Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental e Attend Ambiental as quais foram incluídas na proporção de sua participação acionária. As políticas contábeis de suas investidas são uniformes em relação às políticas da Companhia. A Companhia mantém o controle acionário compartilhado, cujo exercício social é coincidente com os das controladas. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma os saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, aplicando o percentual de participação da Companhia em cada investida.

Embora a participação da SABESP no Capital Social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo. Por isso, as demonstrações financeiras foram proporcionalmente consolidadas.

As empresas consolidadas foram as seguintes:

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal (“Inima”), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. (“TGM”) e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. (“ETEP”), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo o objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, SABESP e Inima, detém o controle conjunto sobre a Sesamm. Desta forma, a SABESP registra sua participação na Sesamm pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 36% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Sesamm.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituíram a empresa Águas de Andradina S.A., com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.908, divididos em 2.908.085 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho. A SABESP detém 30% do capital social de R\$ 622 divididos em 622.160 ações nominativas sem valor nominal.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituíram a empresa Saneaqua Mairinque S.A., com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Aquapolo Ambiental S.A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

As operações tiveram início em outubro de 2012.

Notas Explicativas

Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituíram a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior. A SABESP detém 45% do capital social de R\$ 2.000 divididos em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 11.400.

A Attend encontra-se em fase pré-operacional com previsão de início das operações para dezembro de 2012.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

	30 de setembro de 2012					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	687	3.748	870	482	4.239	3.899
Ativo não Circulante	19.076	2.620	729	673	192.751	1.094
Passivo Circulante	455	5.120	1.100	272	13.051	404
Passivo não Circulante	13.762	536	194	14	172.525	-
Patrimônio Líquido	5.546	712	305	869	11.414	4.589

	31 de dezembro de 2011					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	2.658	360	133	561	12.424	5.003
Ativo não Circulante	14.447	1.300	423	164	180.717	223
Passivo Circulante	832	815	256	228	10.262	127
Passivo não Circulante	11.120	84	47	28	167.498	5.130
Patrimônio Líquido	5.153	761	253	469	15.381	(31)

	30 de setembro de 2012					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	8.035	3.227	952	2.404	-	-
Despesa operacional	(7.647)	(3.400)	(868)	(2.020)	(3.974)	(796)
Receitas financeiras líquidas	72	51	14	16	6	285
Lucro (prejuízo) no período	460	(122)	98	400	(3.968)	(511)

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2011					
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	-	2.247	463	1.882	-	-
Despesa operacional	(875)	(2.478)	(555)	(2.050)	(2.454)	(783)
Receitas financeiras líquidas	36	19	2	35	56	37
Lucro (prejuízo) no período	(839)	(212)	(90)	(133)	(2.398)	(746)

2.1 Políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das informações trimestrais do trimestre findo em 30 de setembro de 2012 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Nas Demonstrações Financeiras Anuais, essas políticas estão divulgadas na nota 3.

2.2 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não há novos CPC's/IFRS ou interpretações aplicáveis pela primeira vez neste trimestre que tenham impactos relevantes para a Companhia. Para maiores detalhes vide Notas Explicativas 4.1 e 4.2 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, notadamente pelas variações cambiais, taxas de inflação e taxas de juros, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos, ainda que possa contratar operações de câmbio futuro e financiamento em Reais para reduzir o risco cambial.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, principalmente.

Notas Explicativas

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 3.258,4 milhões em 30 de setembro de 2012 (R\$ 2.962,7 milhões em 30 de setembro de 2011). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	30 de setembro de 2012		30 de setembro de 2011	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.114.216	2.262.527	1.074.143	1.991.890
Empréstimos e financiamentos – Iene	37.445.175	975.821	39.422.329	948.895
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		33.284		33.537
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		<u>2.469</u>		<u>2.307</u>
TOTAL		<u><u>3.274.101</u></u>		<u><u>2.976.629</u></u>

O quadro acima demonstra os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, ressaltando que o saldo se encontra bruto no que se refere às custas de captação que totalizam o valor de R\$ 15.684 em 30 de setembro de 2012 (setembro/2011 – R\$ 13.925).

Em 30 de setembro de 2012, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos, para o período teria sido de R\$ 327.410 (setembro/2011 – R\$ 297.663) a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 30/09/2012 (Passiva) em US\$	1.114.216	1.114.216	1.114.216
Taxa do US\$ em 30/09/2012	2,0306	2,0306	2,0306
Taxa cambial estimada conforme cenário	2,0000	2,5000	3,0000
Diferença entre as taxas	0,0306	(0,4694)	(0,9694)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda) / ganho	34.095	(523.013)	(1.080.121)
Exposição cambial líquida em 30/09/2012 (Passiva) em Iene	37.445.175	37.445.175	37.445.175
Taxa do Iene em 30/09/2012	0,02606	0,02606	0,02606
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02679	0,03349	0,04019
Diferença entre as taxas	(0,00073)	(0,00743)	(0,01413)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda) / ganho	(27.335)	(278.124)	(528.913)

(*) Para o cenário provável em US\$ foi considerado a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 30 de setembro de 2012, conforme Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 28/09/2012. Para a moeda Iene, foi utilizada a cotação média para os próximos 12 meses a partir de 30 de setembro de 2012, conforme BM&FBovespa..

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável:

	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
UPR ⁽ⁱ⁾	2.125.448	2.364.126
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.303.586	1.882.341
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	848.283	886.138
IPCA ^(iv)	713.308	187.697
Arrendamento Mercantil	145.774	49.609
Total de empréstimos e financiamentos em moeda local	5.136.399	5.369.911

Notas Explicativas

- (i) UPR - Unidade Padrão de Referência
- (ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- (iii) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
- (iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 30 de setembro de 2012, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do período, antes dos impostos, teria sido de R\$ 51.364 (setembro/2011 – R\$ 53.699) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seus recursos exclusivamente junto ao Banco do Brasil (rating AA+(bra)). Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes pulverizada e geograficamente dispersa.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas e indenizações na data do balanço. Notas 5 a 9.

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	outubro a dezembro de 2012	2013	2014, 2015 e 2016	2017 em diante	Total
Em 30 de setembro de 2012					
Empréstimos e financiamentos	247.613	1.769.174	3.457.993	6.773.859	12.248.639
Empreiteiros e fornecedores	257.128	-	-	-	257.128
Serviços a pagar	378.682	-	-	-	378.682

Notas Explicativas

	2012	2013	2014, 2015 e 2016	2017 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2011					
Empréstimos e financiamentos	2.115.837	1.689.526	3.008.577	5.162.889	11.976.829
Empreiteiros e fornecedores	255.557	-	-	-	255.557
Serviços a pagar	383.116	-	-	-	383.116

Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2012.

Não há garantias fornecidas pela Companhia a serem divulgadas.

(d) Análise de sensibilidade

A seguir é apresentado o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data da liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

30 de setembro de 2012			
Indicadores	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Ativo			
CDI (*)	7,58%	9,47%	11,37%
Juros à incorrer	128.364	160.371	192.547
Passivo			
TR (*)	0,5107%	0,6384%	0,7660%
Juros à incorrer	(194.405)	(197.326)	(200.247)
TJLP (*)	5,5%	6,88%	8,25%
Juros à incorrer	(63.658)	(75.269)	(86.879)
IPCA (*)	5,48%	6,85%	8,22%
Juros à incorrer	(85.901)	(95.282)	(104.662)
CDI (*)	7,58%	9,47%	11,37%
Juros à incorrer	(120.002)	(144.633)	(169.265)

Notas Explicativas

30 de setembro de 2012			
Indicadores	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
LIBOR (**)	0,35%	0,44%	0,53%
Juros à incorrer	(10.316)	(10.675)	(11.034)
Juros totais líquidos à incorrer	(345.918)	(362.814)	(379.540)

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 28/09/2012

(**) Fonte do índice : Bloomberg

(i) Refere-se ao cenário de juros à incorrer para o período de 12 meses após a data de 30 de setembro de 2012 ou até a data dos vencimentos dos contrato, o que for menor.

(e) Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	CONTROLADORA	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	35.628	38.058
AA+(bra)	1.727.595	2.102.304
Outros (*)	3.090	1.717
	1.766.313	2.142.079

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

<u>Contraparte</u>	<u>Fitch</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard Poor's</u>
Banco do Brasil S.A.	AA+(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA+ (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	AAAbr

Notas Explicativas

Com relação aos ativos financeiros referentes a contas a receber de clientes, o risco de crédito da Companhia é minimizado uma vez que a base de clientes é pulverizada.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial da controladora, com a dívida líquida.

	CONTROLADORA	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total de empréstimos e financiamentos	8.394.816	8.423.332
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.766.313)	(2.142.079)
Dívida líquida	6.628.503	6.281.253
Total do capital próprio	11.404.241	10.545.896
Capital total	18.032.744	16.827.149
Índice de alavancagem	37%	37%

	CONSOLIDADO	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total de empréstimos e financiamentos	8.586.128	8.596.295
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.777.706)	(2.149.989)
Dívida líquida	6.808.422	6.446.306
Total do capital próprio	11.404.241	10.545.896
Capital total	18.212.663	16.992.202
Índice de alavancagem	37%	38%

Em 30 de setembro de 2012, o índice de alavancagem da Controladora não sofreu alteração. No consolidado houve uma variação no índice de alavancagem de 38% para 37%.

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento.

Notas Explicativas

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, e empréstimos e financiamentos como descrito abaixo.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	CONTROLADORA			
	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.766.313	1.766.313	2.142.079	2.142.079
Caixa restrito	71.013	71.013	99.729	99.729
Contas a receber de clientes, líquido	1.327.075	1.327.075	1.405.728	1.405.728
Saldos com partes relacionadas, líquido	280.498	280.498	355.621	355.621
Depósitos judiciais	48.254	48.254	54.178	54.178
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.394.816	8.494.926	8.423.332	8.368.632
Empreiteiros e fornecedores	255.236	255.236	244.658	244.658

	CONSOLIDADO			
	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.777.706	1.777.706	2.149.989	2.149.989
Caixa restrito	71.013	71.013	99.729	99.729
Contas a receber de clientes, líquido	1.328.176	1.328.176	1.406.372	1.406.372
Saldos com partes relacionadas, líquido	280.498	280.498	355.621	355.621
Depósitos judiciais	48.254	48.254	54.178	54.178
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.586.128	8.639.658	8.596.295	8.500.515
Empreiteiros e fornecedores	257.128	257.128	255.557	255.557

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela $TR \times DI$, ambas a taxas foram obtidas da BM&F.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA

Notas Explicativas

no mercado secundário, tendo como base a data de 30 de setembro de 2012 e os títulos da Companhia negociados no mercado nacional.

- (iii) Financiamentos – BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado.
- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F Bovespa.
- (v) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 30 de setembro de 2012.
- (vi) Os contratos com o JICA, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando a taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 30 de setembro de 2012.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 30 de setembro de 2012.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Não houve alteração em relação ao apresentado nas Demonstrações Financeiras Anuais em 31 de dezembro de 2011, conforme nota 5, exceto para Impairment de ativos de longa duração, onde a Companhia revisou a recuperabilidade de seus ativos com base em 30 de setembro de 2012 e constituiu uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis no montante de R\$ 35.127, vide nota explicativa 11 (g) e estimativa de provisão para perdas com inventário de bens de R\$ 35.087.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	72.850	114.794	73.293	118.867
Equivalentes de caixa	<u>1.693.463</u>	<u>2.027.285</u>	<u>1.704.413</u>	<u>2.031.122</u>
	<u>1.766.313</u>	<u>2.142.079</u>	<u>1.777.706</u>	<u>2.149.989</u>

Em setembro a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100,2% do CDI.

Notas Explicativas

6. CAIXA RESTRITO

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R\$ 71.013, sendo o montante de R\$ 70.531 referente a arrecadação proveniente da prestação de serviços a entidades ligadas à Prefeitura do Município de São Paulo, líquidos de impostos. Esses recursos devem ser reinvestidos no sistema de água e esgoto da cidade de São Paulo.

A variação ocorrida no período de janeiro a setembro de 2012 quando comparada com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, refere-se, principalmente, a diminuição no saldo da conta da Prefeitura Municipal de São Paulo.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

(a) Saldos patrimoniais

	CONTROLADORA	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	870.639	885.203
Acordos (iii)	254.601	249.929
	<u>1.125.240</u>	<u>1.135.132</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	607.486	578.463
Federais	3.352	2.517
Acordos (iii)	181.564	182.381
	<u>792.402</u>	<u>763.361</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	561.703	513.218
Mauá	271.296	244.204
Mogi das Cruzes	15.141	14.864
Santo André	601.164	547.764
São Caetano do Sul	3.939	1.955
Diadema	178.200	164.337
	<u>1.631.443</u>	<u>1.486.342</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais		
Fornecimento a faturar	431.780	457.321
Subtotal	3.980.865	3.842.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.653.790)	(2.436.428)
Total	<u><u>1.327.075</u></u>	<u><u>1.405.728</u></u>

Notas Explicativas

	<u>CONTROLADORA</u>	
	<u>30 de setembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Circulante	1.005.395	1.072.015
Não circulante (v)	<u>321.680</u>	<u>333.713</u>

No período de janeiro a setembro de 2012, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

O saldo consolidado totaliza o montante de R\$ 1.328.176 (dezembro/2011 – R\$ 1.406.372), sendo a diferença de R\$ 1.101 (dezembro/2011 – R\$ 644), em relação ao saldo da controladora, referente ao contas a receber das investidas, Águas de Andradina R\$ 424, Saneaqua Mairinque R\$ 211, Águas de Castilho R\$ 187 e Sesamm R\$ 279.

(i) Rol comum – residenciais, pequenas e médias empresas.

(ii) Rol especial – grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos – parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

(iv) Por atacado - prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP e não pagam os valores em litígio. Os valores vencidos que estão substancialmente incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa estão classificados no ativo não circulante.

	<u>30 de setembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Saldo no início do período	1.486.342	1.343.445
Faturamento por serviços prestados	291.984	340.068
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(109.713)	(167.024)
Recebimentos – serviços dos exercícios anteriores	<u>(37.170)</u>	<u>(30.147)</u>
Saldo no final do período	<u>1.631.443</u>	<u>1.486.342</u>
Circulante	47.900	26.485
Não circulante	1.583.543	1.459.857

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	<u>30 de setembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Valores a vencer	1.066.785	1.129.337
Vencidos:		
Até 30 dias	189.248	184.958
Entre 31 e 60 dias	82.586	79.720
Entre 61 e 90 dias	55.308	50.020
Entre 91 e 120 dias	46.897	39.686
Entre 121 e 180 dias	83.000	70.037
Entre 181 e 360 dias	136.010	137.039
Acima de 360 dias	<u>2.321.031</u>	<u>2.151.359</u>
Total vencidos	<u>2.914.080</u>	<u>2.712.819</u>
Total	<u><u>3.980.865</u></u>	<u><u>3.842.156</u></u>

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>3º tri/12</u>	<u>Jan – Set/2012</u>	<u>3º tri/11</u>	<u>Jan – Set/2011</u>
Saldo anterior	2.583.463	2.436.428	2.361.683	2.219.420
De particular/entidades públicas	20.665	59.350	(5.922)	34.557
De fornecimento por atacado	<u>49.662</u>	<u>158.012</u>	<u>45.769</u>	<u>147.553</u>
Adições no período	<u>70.327</u>	<u>217.362</u>	<u>39.847</u>	<u>182.110</u>
Saldo	<u><u>2.653.790</u></u>	<u><u>2.653.790</u></u>	<u><u>2.401.530</u></u>	<u><u>2.401.530</u></u>
Circulante	1.218.738	1.218.738	1.141.726	1.141.726
Não circulante	1.435.052	1.435.052	1.259.804	1.259.804

A Companhia contabilizou prováveis perdas de créditos no contas a receber apurados no terceiro trimestre de 2012, no montante de R\$ 70.612 (setembro/2011 – R\$ 17.222) a rubrica “Despesa com vendas” e R\$ 49.662 (setembro/2011 – R\$ 47.511) deduzidos de receita referente a permissionárias. Para o período de janeiro a setembro de 2012 essas perdas no contas a receber foram de R\$ 145.999 (janeiro a setembro de 2011 – R\$ 93.329) diretamente ao resultado do período e R\$ 158.012 (janeiro a setembro de 2011 – R\$ 151.047) deduzidos de receita referente a permissionárias.

Notas Explicativas**8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio e receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>30 de setembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	124.858	116.441
Acordo GESP (iii), (iv) e (v)	11.124	41.360
Provisão para perdas (v)	(39.074)	(12.389)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão –acordo Gesp (ii) e (vi)	31.887	31.887
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – fluxo mensal (ii) e (vi)	<u>5.330</u>	<u>8.034</u>
Total do circulante	<u>134.125</u>	<u>185.333</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESP (ii) e (vi)	<u>146.373</u>	<u>170.288</u>
Total do não circulante	<u>146.373</u>	<u>170.288</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>280.498</u>	<u>355.621</u>
Prestação de serviços de água e esgoto	96.908	145.412
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	<u>183.590</u>	<u>210.209</u>
Total	280.498	355.621
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	-	153.368

	<u>3º tri/12</u>	<u>Jan-Set/12</u>	<u>3º tri/11</u>	<u>Jan-Set/11</u>
Receita bruta de vendas e serviços prestados				
Venda de água	55.070	167.260	53.837	156.868
Serviços de esgoto	48.812	147.546	47.448	139.444
Recebimentos de partes relacionadas	(112.880)	(340.217)	(114.578)	(313.857)
Receitas financeiras	34.126	133.609	70.541	202.231

Notas Explicativas

No período de janeiro a setembro de 2012, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 (“Benefícios”) pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Gesp dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, 2.469 e 2.492 aposentados, respectivamente, receberam complementos de aposentadoria, sendo que para o período de janeiro a setembro de 2012 e 2011 a Companhia pagou R\$ 91.099 e R\$ 85.360, respectivamente. Havia 11 empregados ativos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 que farão jus a esses benefícios por ocasião de sua aposentadoria.

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

(iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a intermediação da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto, bem como aos Benefícios de aposentadoria.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiacupeba, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questionou a validade jurídica desse acordo, cujo argumento principal é a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável, caso não se

Notas Explicativas

obtenha a aludida autorização legislativa, o que impediria a transferência dos respectivos reservatórios como amortização parcial do saldo a receber. Ver informações adicionais no item (vi) abaixo.

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2 de janeiro de 2008. O valor das parcelas é atualizado monetariamente de acordo com a variação do IPCA-IBGE, acrescida de juros simples de 0,5% ao mês.

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$ 218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA/FIPE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

A SABESP e o Governo do Estado de São Paulo estão trabalhando em conjunto para obter autorização legislativa a fim de viabilizar a transferência dos Reservatórios à SABESP, superando assim a incerteza

Notas Explicativas

jurídica causada pela ação Civil Pública que contesta a ausência de legislação específica para a transferência de propriedade dos reservatórios.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(vii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 4 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 1.333.069 e R\$ 1.290.663, respectivamente, incluindo o valor de R\$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano G0. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 1.546.887 e R\$ 1.512.078, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 16.

Notas Explicativas

(b) Acordos para utilização de Reservatórios

A Companhia utiliza em suas operações os reservatórios de Guarapiranga e Billings, de propriedade de outra companhia controlada pelo Governo do Estado (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE), conforme outorgas conferidas pelo órgão competente para essa finalidade e em linha com a legislação em vigor.

Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes. A Companhia não paga qualquer taxa pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA).

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. No terceiro trimestre de 2012 e 2011 os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP a outras entidades estaduais somaram R\$ 3.030 e R\$ 3.076, respectivamente. Para o período de janeiro a setembro de 2012 e 2011 os valores totalizaram R\$ 9.149 e R\$ 7.634, respectivamente.

(f) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 1.231 e R\$ 12.062 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(g) Ativos não operacionais

A Companhia possuía em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$ 969 referente a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(h) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – (“SABESPREV”). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 30 de setembro de 2012 é de R\$ 566.592 (dezembro/2011 – R\$ 538.619).

Notas Explicativas

(i) Remuneração da Administração

Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com a finalidade de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

Bônus:

Para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pago apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do conselho de administração e diretores no período de julho a setembro de 2012 e 2011 foram de R\$ 806 e R\$ 667, respectivamente, e referem-se a benefícios de curto prazo.

Uma quantia adicional, referente ao programa de bônus, foi registrada no período de julho a setembro de 2012 R\$ 285 e R\$ 342, respectivamente.

(j) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias. Desta forma, estas

Notas Explicativas

SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto, e são consolidadas proporcionalmente conforme CPC 19.

Estas SPE's foram constituídas para a execução de projetos específicos, e após sua conclusão serão extintas.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S.A, Águas de Castilho S.A. Aquapolo Ambiental S.A, com o objetivo é financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto à rede bancária.

Os contratos firmados em 19 de janeiro de 2012 com Águas de Andradina e Águas de Castilho, foram liquidados em julho de 2012, conforme previsão contratual. Em 18 de julho de 2012, foram assinados novos contratos na mesma modalidade, com ambas as empresas, conforme condições apresentadas no quadro abaixo. O contrato firmado com a Aquapolo Ambiental, em 30 de março de 2012, permanece com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Limite de crédito	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Taxa de juros	Vencimento
Águas de Andradina	3.467	1.427	14	SELIC + 3,5 % a.a.	17/07/2013
Águas de Castilho	675	403	2	SELIC + 3,5 % a.a.	17/07/2013
Aquapolo Ambiental	5.629	5.629	417	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016
Aquapolo Ambiental	19.000	19.000	709	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015
Totais	28.771	26.459	1.142		

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo Circulante da Companhia na rubrica "Demais Contas a Receber" apresentando em 30 de setembro de 2012, o saldo de R\$ 27.602. Na mesma data, a receita financeira foi impactada em R\$ 1.142, referente aos juros sobre estes mútuos (no trimestre a receita foi de R\$ 500).

9. INDENIZAÇÕES A RECEBER

Indenizações a receber é um ativo não circulante representando valores a receber do município de Diadema, como indenização pela retirada unilateral da concessão de serviço de água e esgoto da Companhia em 1995. Em 30 de setembro de 2012 e dezembro de 2011, esse ativo importava em R\$ 60.295. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo de indenizações a receber era de R\$ 146.213, que representavam os municípios de Diadema no valor de R\$ 60.295 e Mauá no valor de R\$ 85.918.

A Companhia investiu na construção de sistemas de água e esgoto nos municípios de Diadema e Mauá para atender aos seus compromissos de serviço de concessão. Pela rescisão unilateral das concessões de Diadema e Mauá, os municípios assumiram a responsabilidade de fornecer serviços de água e esgoto naquelas áreas. Naquele momento, a Companhia reclassificou os saldos do imobilizado relacionados aos ativos utilizados naqueles municípios para o ativo não circulante (indenizações a receber).

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Diadema, reclassificados em dezembro de 1996 foi de R\$ 75.231, e o saldo de indenizações a receber do município é de R\$ 60.295 em 30 de setembro de 2012.

A SABESP deu início a demandas judiciais para cobrar os valores devidos pelos municípios. Com relação a Diadema, foi proposta execução de acordo celebrado com a Prefeitura de Diadema e a Companhia de Saneamento de Diadema – Saned para o pagamento da indenização, tendo sido apresentado embargos à

Notas Explicativas

execução pela Prefeitura de Diadema. Em julho de 2008, foi autorizada a realização de penhora de dinheiro em contas e aplicações financeiras da Saned (penhora on line) em até 10% do valor atualizado do débito, tendo sido bloqueados e levantados R\$ 2.919 em 3 de março de 2009. Posteriormente, o Tribunal de Justiça determinou que a penhora fosse feita mediante depósito semanal pela Saned do valor correspondente a 20% de tudo o que receber em suas contas e aplicações financeiras. A Saned interpôs recursos contra essa decisão, pendendo atualmente de julgamento agravo de instrumento dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

Nos embargos à execução opostos pelo Município de Diadema foi proferida sentença, em outubro de 2009, reconhecendo a existência e exigibilidade do débito, e afirmando que a execução contra o Município deve ser feita mediante precatório. A SABESP e a Prefeitura recorreram dessa sentença. A SABESP obteve em setembro de 2011 decisão favorável do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, afirmando ser constitucional a lei municipal que possibilitou o bloqueio dos repasses de ICMS feitos pelo Estado ao Município (em vez de pagamento apenas por precatório). Em julho de 2012 foi finalizado o julgamento dos recursos, tendo sido dado parcial provimento ao recurso da Sabesp para determinar o prosseguimento da execução mediante o bloqueio dos repasses do produto do ICMS pelo Estado de São Paulo ao Município de Diadema.

Em 29 de dezembro de 2008, a Saned e o município de Diadema celebraram com o Estado de São Paulo e a SABESP, um Protocolo de Intenção com o objetivo de elaborar estudos e conduzir negociações para instruir decisões de Diadema e da SABESP, visando à prestação exclusiva de serviços de água e esgoto no município de Diadema.

As partes concordam que a busca de uma solução negociada para os conflitos hoje existentes entre as empresas é imprescindível para que o serviço público de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos tenha seu adequado desenvolvimento em Diadema.

Em janeiro de 2009 as partes apresentaram petição conjunta requerendo a suspensão das novas penhoras, pelo prazo de três meses, para tentar viabilizar um acordo. A suspensão foi deferida pelo Juízo da Fazenda Pública e sucessivamente renovada, tendo a última renovação ocorrido em março de 2012, em face das tratativas de acordo.

Contra o acordo que lastreia a execução movida contra o Município de Diadema e a Saned pende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em que se aguarda desde 2004 o início de perícia de engenharia e contábil. Após o início das tratativas com Diadema, o Ministério Público requereu a extinção da ação civil pública, o que foi rejeitado e foi objeto de recurso por parte da SABESP.

Com relação à Mauá, foi proferida decisão em primeira instância determinando que o Município pague o valor de R\$ 153,2 milhões como compensação pelos investimentos efetuados no município pela SABESP e pelos lucros cessantes. Essa sentença foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão já transitada em julgado, e a SABESP está adotando as medidas para dar início à execução.

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Mauá, reclassificados em dezembro de 1999, foi de R\$ 103.763, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 85.918 em 31 de dezembro de 2010. As decisões judiciais têm sido favoráveis a Companhia e o recebimento dos valores devidos pelo município, deverão ocorrer na forma de precatórios, os quais serão reconhecidos quando do efetivo recebimento, tendo em vista as incertezas relacionadas a quitação dos montantes envolvidos e o histórico relacionado a priorização dos pagamentos dos precatórios do município de Mauá. Em dezembro de 2011, foi registrada a provisão contábil correspondente ao valor total do crédito detido pela Companhia, sendo que as demandas judiciais continuam em andamento.

A Administração continua a afirmar que a Companhia possui direito legal a receber os valores correspondentes à indenização e continua a monitorar a situação dos processos legais.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA					
	30 de setembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	88.707	-	88.707	109.303	-	109.303
Edificações	58.963	(32.327)	26.636	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	192.444	(121.495)	70.949	160.833	(100.616)	60.217
Equipamentos de transporte	14.764	(8.253)	6.511	21.023	(19.532)	1.491
Móveis, utensílios	16.184	(10.052)	6.132	27.690	(27.593)	97
Outros	1.786	(1.067)	719	2.758	(1.713)	1.045
	<u>372.848</u>	<u>(173.194)</u>	<u>199.654</u>	<u>361.181</u>	<u>(179.596)</u>	<u>181.585</u>

	CONSOLIDADO					
	30 de setembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	88.707	-	88.707	109.303	-	109.303
Edificações	58.127	(31.448)	26.679	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	185.753	(114.388)	71.365	160.915	(100.626)	60.289
Equipamentos de transporte	26.740	(20.195)	6.545	21.071	(19.549)	1.522
Móveis, utensílios	34.050	(27.808)	6.242	27.810	(27.601)	209
Outros	2.551	(1.832)	719	2.758	(1.713)	1.045
Obras em andamento	201.080	-	201.080	174.668	-	174.668
	<u>597.008</u>	<u>(195.671)</u>	<u>401.337</u>	<u>536.099</u>	<u>(179.631)</u>	<u>356.468</u>

A movimentação do imobilizado é a seguinte:

	CONTROLADORA					
	31 de dezembro de 2011	Reclassificação	Adições	Baixas e alienações	Depreciação	30 de setembro de 2012
Terrenos	109.303	(20.349)	-	(247)	-	88.707
Edificações	9.432	18.500	-	-	(1.296)	26.636
Equipamentos	60.217	16.694	7.812	(28)	(13.746)	70.949
Equipamentos de transporte	1.491	1.862	3.795	-	(637)	6.511
Móveis, utensílios	97	5.570	698	(32)	(201)	6.132
Outros	1.045	(207)	-	-	(119)	719
	<u>181.585</u>	<u>22.070</u>	<u>12.305</u>	<u>(307)</u>	<u>(15.999)</u>	<u>199.654</u>

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO					30 de setembro de 2012
	31 de dezembro de 2011	Reclassificação	Adições	Baixas e alienações	Depreciação	
Terrenos	109.303	(20.349)	-	(247)	-	88.707
Edificações	9.432	18.500	53	-	(1.306)	26.679
Equipamentos	60.289	16.694	8.172	(28)	(13.762)	71.365
Equipamentos de transporte	1.522	1.862	3.807	-	(646)	6.545
Móveis, utensílios	209	5.570	710	(40)	(207)	6.242
Outros	1.045	(207)	-	-	(119)	719
Obras em andamento	174.668	-	26.412	-	-	201.080
	<u>356.468</u>	<u>22.070</u>	<u>39.154</u>	<u>(315)</u>	<u>(16.040)</u>	<u>401.337</u>

(a) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente. As taxas de depreciação anual são as seguintes: edificações 2%; equipamentos 5%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

No período findo em 30 de setembro de 2012, não houve alterações relevantes em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, nota 12.

11. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA					
	30 de setembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	8.079.750	(1.459.197)	6.620.553	8.362.440	(1.630.618)	6.731.822
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.346.606	(283.926)	1.062.680	1.252.422	(247.434)	1.004.988
Contratos de programa (iii)	5.138.581	(1.462.745)	3.675.836	3.914.369	(1.169.810)	2.744.559
Contratos de programa – compromissos (iv)	627.989	(51.480)	576.509	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	10.431.792	(946.606)	9.485.186	9.781.799	(591.226)	9.190.573
Novos negócios (vi)	22.111	(8.733)	13.378	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	53.019	(52.824)	195	52.743	(50.427)	2.316
Provisão para redução ao valor recuperável	(35.127)	-	(35.127)	-	-	-
Provisão para perda de inventário	(35.087)	-	(35.087)	-	-	-
Total	<u>25.629.634</u>	<u>(4.265.511)</u>	<u>21.364.123</u>	<u>23.858.500</u>	<u>(3.732.779)</u>	<u>20.125.721</u>

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO					
	30 de setembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	8.101.937	(1.459.328)	6.642.609	8.378.432	(1.630.664)	6.747.768
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.346.606	(283.926)	1.062.680	1.252.422	(247.434)	1.004.988
Contratos de programa (iii)	5.138.581	(1.462.745)	3.675.836	3.914.369	(1.169.810)	2.744.559
Contratos de programa – compromissos (iv)	627.989	(51.480)	576.509	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	10.431.792	(946.606)	9.485.186	9.781.799	(591.226)	9.190.573
Novos negócios (vi)	22.111	(8.733)	13.378	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	53.144	(52.836)	308	52.755	(50.429)	2.326
Provisão para redução ao valor recuperável	(35.127)	-	(35.127)	-	-	-
Provisão para perda de inventário	(35.087)	-	(35.087)	-	-	-
Total	25.651.946	(4.265.654)	21.386.292	23.874.504	(3.732.827)	20.141.677

A movimentação no intangível é como segue:

	CONTROLADORA							
	31 de dezembro de 2011	Adições	Provisão	Renovação Contrato	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	30 de setembro de 2012
Intangíveis decorrentes de:								
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.731.822	640.423	-	(652.973)	(22.070)	(114)	(76.535)	6.620.553
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.004.988	94.184	-	-	-	-	(36.492)	1.062.680
Contratos de programa (iii)	2.744.559	318.977	-	652.973	-	(827)	(39.846)	3.675.836
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	154.662	-	-	-	-	(13.139)	576.509
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.190.573	652.437	-	-	(1.460)	(880)	(355.484)	9.485.186
Novos negócios (vi)	16.477	711	-	-	-	-	(3.810)	13.378
Licença de uso de Software	2.316	276	-	-	-	-	(2.397)	195
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(35.127)	-	-	-	-	(35.127)
Provisão para perda de inventário	-	-	(35.087)	-	-	-	-	(35.087)
Total	20.125.721	1.861.670	(70.214)	-	(23.530)	(1.821)	(527.703)	21.364.123

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO							
	31 de dezembro de 2011	Adições	Provisão	Renovação Contrato	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	30 de setembro de 2012
Intangíveis decorrentes de:								
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.747.768	646.618	-	(652.973)	(22.070)	(114)	(76.620)	6.642.609
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.004.988	94.184	-	-	-	-	(36.492)	1.062.680
Contratos de programa (iii)	2.744.559	318.977	-	652.973	-	(827)	(39.846)	3.675.836
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	154.662	-	-	-	-	(13.139)	576.509
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.190.573	652.437	-	-	(1.460)	(880)	(355.484)	9.485.186
Novos negócios (vi)	16.477	711	-	-	-	-	(3.810)	13.378
Licença de uso de Software	2.326	389	-	-	-	-	(2.407)	308
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(35.127)	-	-	-	-	(35.127)
Provisão para perda de inventário	-	-	(35.087)	-	-	-	-	(35.087)
Total	20.141.677	1.867.978	(70.214)	-	(23.530)	(1.821)	(527.798)	21.386.292

A Companhia procedeu alterações na alocação dos ativos intangíveis, sem alterar o seu total, de forma a manter a consistência com os saldos de 30 de setembro de 2012.

Segue abaixo o custo e a receita de construção reconhecidos sobre os contratos de concessão/programa no período dos respectivos anos:

	CONSOLIDADO		
	30 de setembro de 2011		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	756.504	826.056	1.582.560
Reconhecimento da receita de construção	773.546	847.637	1.621.183

	CONSOLIDADO		
	30 de setembro de 2012		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	716.683	995.694	1.712.377
Reconhecimento da receita de construção	730.990	1.018.994	1.749.984

Não existem ativos e passivos contingentes relativos aos contratos de construção em andamento.

Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e

Notas Explicativas

deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8(a) de 31 de dezembro de 2011). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia operava em 363 municípios no Estado de São Paulo. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Os contratos de concessão preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao final do período, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas à novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 30 de setembro de 2012 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

Amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se a renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é o fornecimento de água, esgoto e serviço sanitário público. Os ativos adquiridos ou construídos são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos) ou pela vida útil dos bens, dos dois o menor.

Em 30 de setembro de 2012, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 13.138 (setembro/2011 – R\$ 9.287). No terceiro trimestre de 2012 estas despesas somaram R\$ 5.076 (no terceiro trimestre de 2011 – R\$ 3.060).

Notas Explicativas

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante (no montante de R\$ 106.156 e R\$ 62.287 em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente) e não circulante (no montante de R\$ 151.575 e R\$ 130.978 em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente).

(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo

Em 14 de novembro de 2007, a Companhia e o Município de São Paulo (as Partes) assinaram um Convênio que visa estabelecer condições para garantir a estabilidade na prestação de serviços públicos de saneamento básico e ambiental no Município de São Paulo, cujos principais pontos são:

(a) as Partes assumiram o compromisso de estabelecer ações de saneamento básico e ambiental, complementares às ações do Município de São Paulo, investindo na implantação e continuidade de programas, tais como: Programa Córrego Limpo e Programa de Uso Racional da Água – PURA, cujo objetivo é garantir a redução do consumo de água nas unidades públicas, assegurando o abastecimento de água e a qualidade de vida da população;

(b) a partir de 14 de novembro de 2007, data de celebração do Convênio, a totalidade dos valores pagos pelo Município de São Paulo à SABESP, referentes aos órgãos da Administração direta, autarquias e fundações, descontados os tributos incidentes, será destinada à realização de ações em saneamento básico e ambiental no Município; e

(c) O Município assume o compromisso de retomar o pagamento das contas e faturas de consumo corrente emitidas pela SABESP, a partir de 14 de novembro de 2007, data da assinatura deste Convênio.

O Convênio permanece vigente, mas a arrecadação citada no item (b) deixou de ser direcionada à conta específica para a destinação às ações de saneamento básico e ambiental no Município. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2012, referente aos valores arrecadados e ainda não destinados, era de R\$ 70.531 (dezembro/2011 - R\$ 90.984).

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Em 23 de junho de 2010, foi assinado Contrato pelo Estado, pelo Município e pela Companhia, assim como do Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de se remunerar por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;

Notas Explicativas

5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da Sabesp, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;

6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período;

7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e

8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa aproximadamente 55,1% da receita total da Companhia, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

(vi) Novos negócios

Foi assinado em agosto de 2009 com a CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas, contrato de prestação de serviços técnicos especializados para implantar programa de redução de perdas e evasão de receitas do município de Maceió, no prazo de 60 meses. A prestação de serviços foi iniciada em 2010.

Em 30 de setembro de 2012, o valor registrado na rubrica "Novos negócios" era de R\$ 13.378 (dezembro/2011 – R\$ 16.477) onde o valor registrado para CASAL em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 11.854 (dezembro/2011 – R\$ 15.665).

(a) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou no período findo em 30 de setembro de 2012, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R\$ 1.821 (setembro/2011 – R\$ 11.393) motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis.

(b) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 225.270 (setembro/2011 – R\$ 229.305), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

Notas Explicativas

(c) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2012 a margem apurada foi de 2,3% (2,3% em 2011).

O valor da margem de construção (consolidado) para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e de 2011 foi de R\$ 37.607 e R\$ 38.623, respectivamente.

(d) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objeto dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 30 de setembro de 2012, o total referente às desapropriações foi de R\$ 11.179 (setembro/2011 – R\$ 15.679).

(e) Ativos dados em garantia

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial – Paes (Nota 13) (dezembro/2011 – R\$ 249.034).

(f) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP e a CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, sociedade de propósito específico formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado à PPP, é de R\$ 504.685 e R\$ 474.818, respectivamente.

(g) Provisões

Impairment

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia constituiu provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis no montante de R\$ 35.127. Essa provisão foi constituída pelo fato de o valor recuperável dos ativos de algumas unidades geradoras de caixa, calculado através de seu valor em uso, ser inferior ao valor contábil. Este valor foi registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

Notas Explicativas

Vale ressaltar que, a Lei 11.445/07 em seu art. 29 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente.

Além disso, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP está em processo de revisão da estrutura tarifária, a qual poderá trazer impacto em nossas análises de recuperabilidade das unidades de negócio.

Provisão para perda de inventário

A Companhia está em processo de finalização do inventário e estimou uma possível perda no montante de R\$ 35.087, registrado na rubrica “outras receitas (despesas) operacionais”, em 30 de setembro de 2012.

(h) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 5,2 bilhões de obras em andamento em 30 de setembro de 2012 (R\$ 5,7 bilhões em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira:	CONTROLADORA										Atualização Monetária		
	Set/12					Dez/11						Vencimento Final	Taxa anual de juros
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Garantias						
PAÍS													
União Federal/Banco do Brasil	372.652	198.509	571.161	348.695	479.548	828.243	Gov. Est. S. Paulo e Recursos Próprios	2014	8,50%	UPR			
Debêntures 10ª Emissão	20.079	268.728	288.807	2.008	283.293	285.301	Recursos Próprios	2020	TJLP+1,92% (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA			
Debêntures 11ª Emissão	472.500	535.252	1.007.752	202.500	1.005.748	1.208.248	Recursos Próprios	2015	CDI + 1,95% (1ª série) e CDI + 1,4% (2ª série)				
Debêntures 12ª Emissão	-	499.536	499.536	-	499.613	499.613	Recursos Próprios	2025	TR + 9,5%				
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	-	599.411	Recursos Próprios	2012	CDI + 0,65%				
Debêntures 14ª Emissão	-	282.989	282.989	-	279.810	279.810	Recursos Próprios	2022	TJLP+1,92% (1ª e 3ª série) e 9,19% (2ª série)	IPCA			
Debêntures 15ª Emissão	-	782.181	782.181	-	-	-	Recursos Próprios	2019	CDI + 0,99% e 6,2%	IPCA			
Caixa Econômica Federal	117.120	923.374	1.040.494	110.479	908.452	1.018.931	Recursos Próprios	2011/2032	6,8% (ponderado)	UPR			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	10.384	-	10.384	37.554	3.491	41.045	Recursos Próprios	2013	3% + TJLP LIMITE 6%				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Baixada Santista	16.309	101.933	118.242	16.309	114.165	130.474	Recursos Próprios	2019	2,5% + TJLP LIMITE 6%				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES PAC	6.428	82.953	89.381	6.428	67.489	73.917	Recursos Próprios	2023	2,15% + TJLP LIMITE 6%				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ONDA LIMPA	19.087	220.970	240.057	14.270	235.383	249.653	Recursos Próprios	2025	1,92% + TJLP LIMITE 6%				

Notas Explicativas

CONTROLADORA

	Set/12		Dez/11		Total	Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante					
Arrendamento Mercantil	-	145.774	-	49.609	49.609				
Outros	924	3.039	1.155	3.503	4.658	Recursos Próprios	2011/2018/ 2025	12% / CDI / TULP + 6%	UPR
Juros e encargos	55.678	-	100.998	-	100.998				
Total do País	1.091.161	4.045.238	1.439.807	3.930.104	5.369.911				
MOEDA ESTRANGEIRA									
Inter-American Development Bank – BID US\$ 380,974 mil	77.475	744.665	71.591	652.141	723.732	Governo Federal	2016/2017/ 2025/2035	1,09% a 3,00%	Var. Cesta Moedas + US\$
BIRD – US\$ 13.490 mil	-	30.239	-	18.928	18.928	Governo Federal	2034	0,82%	US\$
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	283.822	-	262.067	262.067		2016	7,5%	US\$
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	703.339	-	649.024	649.024		2020	6,25%	US\$
JICA – Iene 20.167.525 mil	30.031	480.518	28.015	476.266	504.281	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 18.132.800 mil	27.002	431.683	25.189	427.843	453.032	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA – Iene 165.229 mil	-	6.064	-	1.420	1.420	Governo Federal	2029	1,2% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 226.058 mil	48.617	359.209	44.911	376.355	421.266		2023	2,4% a 2,9%	US\$
Juros e encargos	35.753	-	19.671	-	19.671				
Total Exterior	218.878	3.039.539	189.377	2.864.044	3.053.421				
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.310.039	7.084.777	1.629.184	6.794.148	8.423.332				

Notas Explicativas

CONSOLIDADO

	Set/12		Dez/11		Total	Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante					
Instituição financeira:									
PAÍS									
União Federal/Banco do Brasil	372.652	198.509	571.161	348.695	828.243	Gov. Est. S Paulo e Recursos Próprios	2014	8,50%	UPR
Debêntures 10ª Emissão	20.079	268.728	288.807	2.008	285.301	Recursos Próprios	2020	TJLP+1,92% (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA
Debêntures 11ª Emissão	472.500	535.252	1.007.752	202.500	1.208.248	Recursos Próprios	2015	CDI + 1,95% (1ª série) e CDI + 1,4% (2ª série)	
Debêntures 12ª Emissão	-	499.536	499.536	-	499.613	Recursos Próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	599.411	Recursos Próprios	2012	CDI + 0,65%	
Debêntures 14ª Emissão	-	282.989	282.989	-	279.810	Recursos Próprios	2022	TJLP+1,92% (1ª e 3ª série) e 9,19% (2ª série)	IPCA
Debêntures 15ª Emissão	-	782.181	782.181	-	-	Recursos Próprios	2019	CDI + 0,99% e 6,2%	IPCA
Debêntures 1ª Emissão-Aquapolo	-	157.833	157.833	-	160.099	Recursos Próprios	2029	TR+8,75%	
Caixa Econômica Federal	117.462	935.694	1.053.156	110.646	1.028.220	Recursos Próprios	2011/2032	6,8% (ponderado)	UPR
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	10.384	-	10.384	37.554	41.045	Recursos Próprios	2013	3% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Baixada Santista	16.309	101.933	118.242	16.309	130.474	Recursos Próprios	2019	2,5% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES PAC	6.428	82.953	89.381	6.428	73.917	Recursos Próprios	2023	2,15% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ONDA LIMPA	19.087	220.970	240.057	14.270	249.653	Recursos Próprios	2025	1,92% + TJLP LIMITE 6%	
Arrendamento Mercantil	-	145.774	145.774	-	49.609				
Outros	6.409	3.039	9.448	1.784	5.287	Recursos Próprios	2011/2018/2025	12% / CDI / TJLP + 6%	UPR

Notas Explicativas

CONSOLIDADO

	Set/12		Dez/11		Garantias	Vencimento Final	Taxa anual de juros	Atualização Monetária
	Circulante	Não Circulante	Total	Não Circulante				
Juros e encargos	56.316	14.694	71.010	101.028	103.944			
Total do País	1.097.626	4.230.085	5.327.711	1.440.633	4.102.241	5.542.874		
MOEDA ESTRANGEIRA								
Inter-American Development Bank – BID US\$ 380.974 mil	77.475	744.665	822.140	71.591	652.141	723.732	Governo Federal	2016/2017/ 2025/2035
BIRD – US\$ 13.490 mil	-	30.239	30.239	-	18.928	18.928	Governo Federal	2034
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	283.822	283.822	-	262.067	262.067		2016
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	703.339	703.339	-	649.024	649.024		2020
JICA – Iene 20.167.525 mil	30.031	480.518	510.549	28.015	476.266	504.281	Governo Federal	2029
JICA – Iene 18.132.800 mil	27.002	431.683	458.685	25.189	427.843	453.032	Governo Federal	2029
JICA – Iene 165.229 mil	-	6.064	6.064	-	1.420	1.420	Governo Federal	2029
BID 1983AB – US\$ 226.058 mil	48.617	359.209	407.826	44.911	376.355	421.266		2023
Juros e encargos	35.753	-	35.753	19.671	-	19.671		
Total Exterior	218.878	3.039.539	3.258.417	189.377	2.864.044	3.053.421		
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.316.504	7.269.624	8.586.128	1.630.010	6.966.285	8.596.295		

Cotação de 30 de setembro de 2012 – US\$ 2,0306; Iene 0,026060 (dez/11 - US\$ 1,8758; Iene 0,024310)

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados a curto prazo.

Notas Explicativas

A Companhia apresentou as seguintes movimentações em empréstimos e financiamentos para o período findo em 30 de setembro de 2012. As demais informações sobre empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota 13 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

(i) 15ª emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia emitiu a 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM 476, cujas características são as seguintes:

Data Emissão: 15 de fevereiro de 2012.

Valor Total: R\$ 771.080, quantidade 77.108, em duas séries, valor unitário R\$ 10.

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	287.330	-	DI+ 0,99% a.a.	Semestral (fevereiro e agosto)	Anual (a partir de fevereiro de 2015)	Fevereiro de 2017
2ª Série	483.750	IPCA	6,20%	Anual (fevereiro)	Anual (a partir de fevereiro de 2018)	Fevereiro de 2019

Resgate Antecipado: a partir 24º mês

Resgate Antecipado: não haverá

Os recursos provenientes da captação por meio da 15ª Emissão das Debêntures serão destinados à liquidação de compromissos financeiros vincendos até 31 de dezembro de 2012.

(ii) Resgate da 13ª emissão de Debêntures

Em 17 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou o resgate total da 13ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 633.343.

(iii) CEF – PAC 2

Em julho de 2012 ocorreram captações de parte dos contratos do Grupo PAC 2, no valor de R\$ 494.

(iv) JICA BZ-P19

Em setembro de 2012 houve desembolso de R\$ 140 mil para pagamento de custas de captação do contrato de financiamento com a JICA BZ-P19, sendo seu valor total de ¥ 33,6 bilhões. Em 30 de setembro de 2012 apresenta saldo zero.

(v) Cronograma de liquidação de empréstimos e financiamentos

O volume total de dívida a ser pago até o final de 2012 da controladora é de R\$ 220.145, sendo o montante indexado ao dólar norte americano no valor de R\$ 59.857 e o montante de R\$ 160.288 refere-se a valores a vencer de juros e principal de empréstimos em reais.

Notas Explicativas

CONTROLADORA								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	TOTAL
PAÍS								
Banco do Brasil	90.224	380.631	100.306	-	-	-	-	571.161
Caixa Econômica Federal	29.301	116.068	77.632	55.938	55.300	57.859	648.396	1.040.494
Debêntures	2.008	508.734	349.041	477.134	211.882	213.851	1.098.615	2.861.265
BNDES	6.230	4.154	-	-	-	-	-	10.384
BNDES BX SANTISTA	4.077	16.309	16.309	16.309	16.309	16309	32.620	118.242
BNDES PAC	2.079	8.314	8.314	8.314	8.314	8.314	45.732	89.381
BNDES ONDA LIMPA	4.808	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	139.099	240.057
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	145.774	145.774
Outros	350	689	497	560	631	711	525	3.963
Juros e Encargos	21.211	34.467	-	-	-	-	-	55.678
Em moeda nacional	160.288	1.088.596	571.329	577.485	311.666	316.274	2.110.761	5.136.399
EXTERIOR								
BID	28.302	77.475	77.475	77.475	77.475	84.964	398.974	822.140
BIRD	-	-	-	-	-	-	30.239	30.239
Euro Bônus	-	-	-	-	283.822	-	703.339	987.161
JICA	-	57.035	57.035	57.035	57.035	57.203	689.955	975.298
BID 1983AB	-	48.617	48.617	48.617	48.617	48.617	164.741	407.826
Juros e Encargos	31.555	4.198	-	-	-	-	-	35.753
Em moeda estrangeira	59.857	187.325	183.127	183.127	466.949	190.784	1.987.248	3.258.417
Total Geral	220.145	1.275.921	754.456	760.612	778.615	507.058	4.098.009	8.394.816

CONSOLIDADO								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	TOTAL
PAÍS								
Banco do Brasil	90.224	380.631	100.306	-	-	-	-	571.161
Caixa Econômica Federal	29.643	117.152	78.716	57.022	56.384	65.843	648.396	1.053.156
Debêntures	2.855	518.899	359.206	487.299	222.047	224.016	1.204.776	3.019.098
BNDES	6.230	4.154	-	-	-	-	-	10.384
BNDES BX SANTISTA	4.077	16.309	16.309	16.309	16.309	16309	32.620	118.242
BNDES PAC	2.079	8.314	8.314	8.314	8.314	8.314	45.732	89.381
BNDES ONDA LIMPA	4.808	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	139.099	240.057
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	145.774	145.774
Outros	5.835	689	497	560	631	711	525	9.448
Juros e Encargos	21.234	49.776	-	-	-	-	-	71.010
Em moeda nacional	166.985	1.115.154	582.578	588.734	322.915	334.423	2.216.922	5.327.711

Notas Explicativas

CONSOLIDADO								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	TOTAL
EXTERIOR								
BID	28.302	77.475	77.475	77.475	77.475	84.964	398.974	822.140
BIRD	-	-	-	-	-	-	30.239	30.239
Euro Bônus	-	-	-	-	283.822	-	703.339	987.161
JICA	-	57.035	57.035	57.035	57.035	57.203	689.955	975.298
BID 1983AB	-	48.617	48.617	48.617	48.617	48.617	164.741	407.826
Juros e Encargos	31.555	4.198	-	-	-	-	-	35.753
Em moeda estrangeira	59.857	187.325	183.127	183.127	466.949	190.784	1.987.248	3.258.417
Total Geral	226.842	1.302.479	765.705	771.861	789.864	525.207	4.204.170	8.586.128

(vi) Compromissos Financeiros – “Covenants”

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas relativas ao atendimento de alguns índices financeiros com comprovações trimestrais ou anuais.

Debêntures 11ª e 12ª Emissão:

- a) Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0; e
- b) Ebitda/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato. A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

BNDES Onda Limpa II, BNDES PAC/RMSP e Debêntures 10ª e 14ª Emissão:

- a) EBITDA/ROL: igual ou superior a 38%;
- b) EBITDA/Despesas Financeiras Ajustadas: igual ou superior a 2,35; e
- c) Dívida Bancária Líquida Ajustada/Ebitda: menor ou igual a 3,65.

Caixa Econômica Federal - Programa Pró-Saneamento:

Por meio do Acordo de Melhoria de Desempenho, são estabelecidas metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

Notas Explicativas

O não cumprimento de 5 das 8 cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

Debêntures 15ª Emissão:

- a) Dívida Total Ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
- b) Ebitda/Despesas Financeiras Pagas igual ou superior a 1,5.

BNDES Onda Limpa I e BNDES Tietê II:

- a) Liquidez corrente ajustada: maior que 1,0;
- b) Ebitda / Receita Operacional Líquida: igual ou superior a 38%;
- c) Ligações totais (água e esgoto) /funcionários próprios: igual ou superior a 520;
- d) Ebitda /Serviço da dívida: igual ou superior a 1,5; e
- e) PL /Exigível Total: igual ou superior a 0,8.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

Eurobônus:

Limitar a contratação de novas dívidas de modo que:

- a) a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65; e
- b) o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

Contratos 713, 896, 1.212 e 2.202- As tarifas devem:

- a) Produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com Administração, operação, manutenção e depreciação;
- b) Proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior à 7%; e
- c) Durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores à 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

AB LOAN:

Notas Explicativas

- a) Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado numa Base Consolidada, deve ser maior ou igual a 2,35, em qualquer data do trimestre financeiro; e
- b) Dívida total ajustada em relação ao Ebitda, determinado numa Base Consolidada, deve ser menor ou igual a 3,65, em qualquer data do trimestre financeiro.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Ativo circulante

A rubrica tributos a recuperar do ativo circulante é composta pelos valores de antecipações do imposto de renda e da contribuição social e dos valores relativos ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. O saldo consolidado em 30 de setembro de 2012 era de R\$ 53.683 (R\$ 118.116 em 31 de dezembro de 2011), a redução de R\$ 64.433 no saldo, ocorreu em decorrência da compensação dos valores relativos ao saldo negativo do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2011 com valores a pagar dos mesmos tributos do exercício de 2012. Tal queda foi compensada em parte, pela apuração do IRRF incidentes sobre as receitas dos juros das aplicações financeiras, reconhecidos contabilmente no período.

b) Passivo

	CONTROLADORA			
	Circulante		Não circulante	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e Contribuição social	97.894	-	-	-
Cofins e Pasep	51.437	57.052	-	-
Paes	28.279	36.716	-	18.363
INSS	26.070	25.630	-	-
IRRF	1.398	44.168	-	-
Outros	16.190	17.228	-	-
Total	221.268	180.794	-	18.363

	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não circulante	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e Contribuição social	97.981	-	-	-
Cofins e Pasep	51.480	57.073	-	-
Paes	28.279	36.716	-	18.363
INSS	26.083	25.645	-	-
IRRF	1.406	44.172	-	-
Outros	16.207	17.516	-	-
Total	221.436	181.122	-	18.363

Notas Explicativas

O aumento no passivo circulante consolidado de R\$ 40.314, ocorreu principalmente em decorrência da apuração de imposto de renda e contribuição a pagar em setembro de 2012, em contrapartida com o recolhimento do IRRF dos juros sobre capital próprio em janeiro de 2012 e dos recolhimentos do Parcelamento Especial (Paes) no período.

A redução de R\$ 18.363 no passivo não circulante consolidado, ocorreu em decorrência do fluxo de pagamentos e adequações dos saldos de curto prazo e longo prazo do Parcelamento Especial (Paes) da controladora, conforme informações abaixo.

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953, como segue:

<u>Imposto</u>	<u>Principal</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
COFINS	132.499	13.250	50.994	196.743
PASEP	5.001	509	2.061	7.571
REFIS	112.639	-	-	112.639
Total	<u>250.139</u>	<u>13.759</u>	<u>53.055</u>	<u>316.953</u>

O débito está sendo pago em 120 meses. Os montantes pagos de janeiro a setembro de 2012 e no exercício de 2011 foram de R\$ 27.947 e R\$ 36.091, respectivamente. Foram registradas despesas financeiras de R\$ 284 no terceiro trimestre de 2012 (R\$ 648 no terceiro trimestre de 2011) e R\$ 1.147 de janeiro a setembro de 2012 (R\$ 2.197 de janeiro a setembro de 2011). O saldo devedor em 30 de setembro de 2012 era de R\$ 28.279. Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, continuam a garantir os valores do Programa Paes.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

(a) Saldos patrimoniais

Composição analítica de impostos diferidos

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30 de setembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Impostos diferidos ativo (i)				
Provisões	556.951	575.473	556.951	575.473
Obrigações previdenciárias – G1	189.529	180.018	189.529	180.018
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	85.271	85.271	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	36.025	38.213	36.025	38.213
Provisão para perdas de crédito	154.784	135.223	154.784	135.223
Outros	100.579	77.175	104.955	78.717
Total do ativo fiscal diferido líquido	<u>1.123.139</u>	<u>1.091.373</u>	<u>1.127.515</u>	<u>1.092.915</u>

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Impostos diferidos passivo (ii)				
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(660.689)	(692.210)	(660.689)	(692.210)
Capitalização de custos de empréstimos	(130.074)	(101.507)	(130.074)	(101.507)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(79.293)	(76.773)	(79.293)	(76.773)
Outros	(65.674)	(42.957)	(65.922)	(42.962)
Total do passivo fiscal diferido	(935.730)	(913.447)	(935.978)	(913.452)
Ativo fiscal diferido líquido	187.409	177.926	191.537	179.463

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Impostos diferidos ativo (i)				
a ser recuperado em até 12 meses	220.462	259.784	220.462	259.784
a ser recuperado depois de um ano	<u>902.677</u>	<u>831.589</u>	<u>907.053</u>	<u>833.131</u>
Total do ativo fiscal diferido	1.123.139	1.091.373	1.127.515	1.092.915
Impostos diferidos passivo (ii)				
a ser recuperado em até 12 meses	(35.483)	(27.282)	(35.483)	(27.282)
a ser recuperado depois de um ano	<u>(900.247)</u>	<u>(886.165)</u>	<u>(900.495)</u>	<u>(886.170)</u>
Total do passivo fiscal diferido	(935.730)	(913.447)	(935.978)	(913.452)
Ativo fiscal diferido	187.409	177.926	191.537	179.463

(i) A Administração da Companhia tem expectativa de realização do saldo do ativo fiscal diferido em 2013, na mesma proporção de 2012, e o restante a ser realizado no ano subsequente de 2014.

(ii) O passivo fiscal diferido tem expectativa de realização em 2013, na mesma proporção de 2012, e o restante a ser realizado nos anos subsequentes a partir de 2014.

(b) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	<u>Jul-Set/12</u>	<u>Jan-Set/12</u>	<u>Jul-Set/11</u>	<u>Jan-Set/11</u>
Lucro antes dos impostos	552.946	1.616.586	122.677	1.194.401
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa esperada à taxa nominal	(188.002)	(549.639)	(41.710)	(406.096)
Diferenças permanentes				
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(8.648)	(26.175)	(13.055)	(80.331)
Juros sobre o capital próprio	-	97.969	-	23.379
Outras diferenças	<u>5.468</u>	<u>7.747</u>	<u>52</u>	<u>(948)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(191.182)</u>	<u>(470.098)</u>	<u>(54.713)</u>	<u>(463.996)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(240.126)	(479.581)	(112.974)	(519.992)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.944	9.483	58.261	55.996
Alíquota efetiva	<u>35%</u>	<u>29%</u>	<u>45%</u>	<u>39%</u>
	CONSOLIDADO			
	<u>Jul-Set/12</u>	<u>Jan-Set/12</u>	<u>Jul-Set/11</u>	<u>Jan-Set/11</u>
Lucro antes dos impostos	552.686	1.614.056	123.619	1.195.441
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa esperada à taxa nominal	(187.913)	(548.779)	(42.030)	(406.450)
Diferenças permanentes				
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(8.648)	(26.175)	(13.055)	(80.331)
Juros sobre o capital próprio	-	97.969	-	23.379
Outras diferenças	<u>5.639</u>	<u>9.417</u>	<u>(570)</u>	<u>(1.634)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(190.922)</u>	<u>(467.568)</u>	<u>(55.655)</u>	<u>(465.036)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(240.204)	(479.801)	(113.182)	(520.200)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.282	12.233	57.527	55.164
Alíquota efetiva	<u>35%</u>	<u>29%</u>	<u>45%</u>	<u>39%</u>

(i) Diferença permanente relativa a provisão referente à obrigação atuarial (nota 8 (vii)).

Regime Tributário de Transição – RTT

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

Notas Explicativas

A Companhia adota as mesmas práticas tributárias desde 2008, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

15. PROVISÕES

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais para os quais possui o direito legal de compensação, estão assim demonstradas:

Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Ações com clientes (i)	601.220	618.533
Ações com fornecedores (ii)	130.664	420.767
Outras questões cíveis (iii)	165.044	178.366
Ações tributárias (iv)	77.672	76.448
Ações trabalhistas (v)	235.468	156.536
Ações ambientais (vi)	146.184	121.179
Total	<u>1.356.252</u>	<u>1.571.829</u>
Circulante	644.538	764.070
Não circulante	711.714	807.759

Movimentação das provisões para o período findo em 30 de setembro de 2012:

	CONTROLADORA				30 de setembro de 2012
	31 de dezembro de 2011	Adições	Exclusões	Juros, Atualizações Monetárias e Reversões	
Ações com clientes (i)	727.261	67.128	(85.670)	15.718	724.437
Ações com fornecedores (ii)	422.595	89.073	(128.013)	(98.651)	285.004
Outras questões cíveis (iii)	188.546	25.515	(36.330)	(8.405)	169.326
Ações tributárias (iv)	76.448	3.703	(4.588)	2.109	77.672
Ações trabalhistas (v)	156.536	84.592	(32.163)	26.503	235.468
Ações ambientais (vi)	<u>121.179</u>	<u>30.278</u>	<u>(11.104)</u>	<u>5.831</u>	<u>146.184</u>
Subtotal	1.692.565	300.289	(297.868)	(56.895)	1.638.091
Depósitos judiciais	<u>(120.736)</u>	<u>(162.059)</u>	<u>6.515</u>	<u>(5.559)</u>	<u>(281.839)</u>
Total	<u>1.571.829</u>	<u>138.230</u>	<u>(291.353)</u>	<u>(62.454)</u>	<u>1.356.252</u>

Notas Explicativas

O montante pago relativo a processos judiciais de janeiro a setembro de 2012 foi de R\$ 285.624 (dez/2011 – R\$ 197.521).

O saldo consolidado totaliza o montante de R\$ 1.356.255 (dezembro/2011 – R\$ 1.571.829), sendo a diferença de R\$ 3, em relação ao saldo da controladora, refere-se às provisões das controladas Águas de Andradina de R\$ 2 e Águas de Castilho de R\$ 1.

As principais variações ocorridas nas adições do período estão relacionadas a novas provisões, mudança nas expectativas de perda referente aos processos de clientes, fornecedores e trabalhistas. No caso das baixas, devido à revisão de estimativa, pagamentos efetuados e no caso de fornecedores, referente a acordo finalizando a questão judicial.

(i) Ações com clientes – aproximadamente 1.520 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores e 450 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável.

(ii) Ações com fornecedores – as reclamações com fornecedores foram ajuizadas por algumas construtoras alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro de contrato. Essas ações encontram-se em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável.

(iii) Outras questões cíveis – referem-se principalmente a pedidos de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes causados a terceiros, que se encontram em diversas instâncias judiciais, devidamente provisionados quando classificados como de perda provável.

(iv) Ações tributárias – as provisões de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, devidamente provisionados quando classificados como de perda provável.

(v) Ações trabalhistas – a Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que grande parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de perda provável e, conseqüentemente, devidamente provisionado.

(vi) Ações ambientais – referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam a imposição de multa por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos seus consultores jurídicos como

Notas Explicativas

sendo possíveis de perda e que não estão registradas contabilmente. O montante atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 2.658.300 em 30 de setembro de 2012 (dezembro/2011 – R\$ 2.621.800).

As demais informações estão apresentadas na nota 16 nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

16. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, é constituído por plano de saúde optativo, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram as seguintes:

. Da Companhia: 8,3% em média da folha bruta de salários;

. Dos participantes: 2,2%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 1,3% da folha bruta de salários.

(b) Plano de benefício previdenciário

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da SABESPREV, conforme a seguir:

- 0,53% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e,
- 4,5% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía um compromisso atuarial líquido de R\$ 566.592 (dezembro/2011 – R\$ 538.619) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados; e ganhos atuariais não reconhecidos.

Com o objetivo de equacionar o déficit atuarial apresentado no Plano de Benefício Básico - BD (Plano G1), em julho de 2010, a SABESP e a SABESPREV lançaram um novo plano de benefícios, modelado em Contribuição Definida, o Plano SABESPREV Mais - CD. O novo plano foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc em junho de 2010. Com o lançamento desse plano, os participantes, ativos e assistidos, puderam optar por migrar do Plano BD para o Plano SABESPREV Mais.

O período para a migração do Plano BD (Plano G1) para o SABESPREV Mais, previsto no regulamento, que era de 120 dias, de 8 de julho a 4 de novembro de 2010, foi suspenso em 20 outubro de 2010, em função da liminar concedida pela 8ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, determinando que houvesse a suspensão do procedimento de transferência dos valores e dos participantes do Plano BD para o Plano SABESPREV Mais e a suspensão da cobrança da contribuição extraordinária para pagamento do déficit atuarial do Plano BD, não havendo alteração sobre essas decisões judiciais até esse momento. Até 20 de outubro de 2010, 4.023 participantes, entre ativos e assistidos, correspondendo a 26,0% dos participantes do Plano G1, migraram para o Plano SABESPREV Mais.

Notas Explicativas

(c) Plano G0

A Companhia é também co-obrigada em um plano de benefício definido de aposentadoria suplementar. De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que prestaram serviços antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado.

(d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

Plano financiado – G1

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2011	538.619
Despesas reconhecidas em 2012	35.515
Pagamentos efetuados em 2012	<u>(7.542)</u>
Obrigações previdenciárias em 30 de setembro de 2012	<u>566.592</u>

Plano não financiado – G0

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2011	1.512.078
Despesas reconhecidas em 2012	125.840
Pagamentos efetuados em 2012	<u>(91.031)</u>
Obrigações previdenciárias em 30 de setembro de 2012	<u>1.546.887</u>

Total	<u>2.113.479</u>
-------	------------------

(e) Participação nos resultados

A Companhia registrou com referência ao Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2012, o valor correspondente a uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No terceiro trimestre de 2012 foi provisionado o montante de R\$ 15.017 (terceiro trimestre de 2011 – R\$ 14.005). No período de janeiro a setembro de 2012 e 2011 foram provisionados o montante de R\$ 45.050 e R\$ 42.409, respectivamente.

17. RECEITAS

(a) Receita bruta de vendas de produtos e serviços

	CONTROLADORA			
	<u>3º tri/12</u>	<u>Jan-Set/12</u>	<u>3º tri/11</u>	<u>Jan-Set/11</u>
Região Metropolitana de São Paulo	1.658.420	4.844.058	1.526.822	4.452.945
Sistemas regionais (i)	<u>604.564</u>	<u>1.656.859</u>	<u>541.260</u>	<u>1.590.372</u>
Total (ii)	<u>2.262.984</u>	<u>6.500.917</u>	<u>2.068.082</u>	<u>6.043.317</u>

Notas Explicativas**CONSOLIDADO**

	<u>3º tri/12</u>	<u>Jan-Set/12</u>	<u>3º tri/11</u>	<u>Jan-Set/11</u>
Região Metropolitana de São Paulo	1.658.420	4.844.058	1.526.822	4.452.945
Sistemas regionais (i)	<u>603.816</u>	<u>1.662.356</u>	<u>542.807</u>	<u>1.594.738</u>
Total (ii)	<u>2.262.236</u>	<u>6.506.414</u>	<u>2.069.629</u>	<u>6.047.683</u>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta de vendas de produtos e serviços, apresentou um acréscimo de 7,6% de janeiro a setembro de 2012 quando comparado ao mesmo período de 2011. O volume faturado do total da Companhia cresceu 2,5% de janeiro a setembro e o reajuste tarifário foi de 6,83% desde setembro de 2011, e 5,15% desde setembro de 2012.

(b) Reconciliação da receita bruta para a receita líquida

CONTROLADORA

	<u>3º tri/12</u>	<u>Jan-Set/12</u>	<u>3º tri/11</u>	<u>Jan-Set/11</u>
Receita bruta de vendas e/ou serviços	2.262.984	6.500.917	2.068.082	6.043.317
Receitas de construção	612.233	1.740.969	672.330	1.621.042
Impostos sobre vendas	<u>(164.232)</u>	<u>(478.170)</u>	<u>(149.150)</u>	<u>(438.691)</u>
Receita líquida	<u>2.710.985</u>	<u>7.763.716</u>	<u>2.591.262</u>	<u>7.225.668</u>

CONSOLIDADO

	<u>3º tri/12</u>	<u>Jan-Set/12</u>	<u>3º tri/11</u>	<u>Jan-Set/11</u>
Receita bruta de vendas e/ou serviços	2.262.236	6.506.414	2.069.629	6.047.683
Receitas de construção	612.716	1.749.984	672.361	1.621.183
Impostos sobre vendas	<u>(164.279)</u>	<u>(479.042)</u>	<u>(149.191)</u>	<u>(438.811)</u>
Receita líquida	<u>2.710.673</u>	<u>7.777.356</u>	<u>2.592.799</u>	<u>7.230.055</u>

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**CONTROLADORA**

<u>Descrição</u>	<u>3º tri/12</u>	<u>Jan-Set/12</u>	<u>3º tri/11</u>	<u>Jan-Set/11</u>
Custos das vendas e dos serviços prestados:				
Salários e encargos	298.298	893.601	294.815	845.892
Obrigações previdenciárias (i)	8.801	26.665	11.885	35.330
Custos de construção	599.177	1.704.050	656.029	1.581.757
Materiais gerais	42.928	120.585	39.288	105.469
Materiais de tratamento	39.132	135.137	37.258	118.823

Notas Explicativas

Descrição	CONTROLADORA			
	3º tri/12	Jan-Set/12	3º tri/11	Jan-Set/11
Serviços de terceiros	177.444	511.370	195.299	497.985
Energia elétrica	144.507	441.478	143.447	435.264
Despesas gerais	107.407	297.616	95.178	269.927
Depreciação e amortização	<u>174.654</u>	<u>526.055</u>	<u>161.314</u>	<u>549.557</u>
	<u>1.592.348</u>	<u>4.656.557</u>	<u>1.634.513</u>	<u>4.440.004</u>
Despesas com vendas:				
Salários e encargos	48.373	145.452	50.110	148.359
Obrigações previdenciárias (i)	1.496	4.391	1.886	5.806
Materiais gerais	2.183	6.105	2.028	5.679
Serviços de terceiros	45.475	162.347	24.232	133.521
Energia elétrica	147	474	136	471
Despesas gerais	18.392	57.868	19.050	56.889
Depreciação e amortização	2.214	5.546	1.555	5.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>70.612</u>	<u>145.999</u>	<u>17.222</u>	<u>93.329</u>
	<u>188.892</u>	<u>528.182</u>	<u>116.219</u>	<u>449.757</u>
Despesas administrativas:				
Salários e encargos	41.935	122.742	40.762	116.022
Obrigações previdenciárias (i)	27.802	83.787	27.587	244.267
Materiais gerais	968	3.077	1.168	3.067
Serviços de terceiros	38.597	105.338	25.595	77.673
Energia elétrica	203	863	345	819
Despesas gerais	83.897	145.736	79.967	151.808
Depreciação e amortização	3.325	12.101	5.322	17.254
Despesas fiscais	<u>10.660</u>	<u>56.773</u>	<u>11.571</u>	<u>49.108</u>
	<u>207.387</u>	<u>530.417</u>	<u>192.317</u>	<u>660.018</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:				
Salários e encargos	388.606	1.161.795	385.687	1.110.273
Obrigações previdenciárias (i)	38.099	114.843	41.358	285.403
Custos de construção	599.177	1.704.050	656.029	1.581.757
Materiais gerais	46.079	129.767	42.484	114.215
Materiais de tratamento	39.132	135.137	37.258	118.823
Serviços de terceiros	261.516	779.055	245.126	709.179
Energia elétrica	144.857	442.815	143.928	436.554
Despesas gerais	209.696	501.220	194.195	478.624
Depreciação e amortização	180.193	543.702	168.191	572.514
Despesas fiscais	10.660	56.773	11.571	49.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>70.612</u>	<u>145.999</u>	<u>17.222</u>	<u>93.329</u>
	<u>1.988.627</u>	<u>5.715.156</u>	<u>1.943.049</u>	<u>5.549.779</u>

Notas Explicativas

(i) Decréscimo ocorrido em obrigações previdenciárias deve-se pelo incremento do passivo atuarial relativo aos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão concedidos pela Lei Estadual nº 4819/58 (Plano G0), no valor de R\$ 157.527 com impacto no primeiro trimestre de 2011.

Descrição	CONSOLIDADO			
	<u>3º tri/12</u>	<u>Jan-Set/12</u>	<u>3º tri/11</u>	<u>Jan-Set/11</u>
Custos das vendas e dos serviços prestados:				
Salários e encargos	298.135	894.293	294.970	846.338
Obrigações previdenciárias (i)	8.801	26.665	11.885	35.330
Custos de construção	599.713	1.712.377	656.241	1.582.560
Materiais gerais	42.874	120.714	39.318	105.586
Materiais de tratamento	39.102	135.198	37.289	118.910
Serviços de terceiros	177.118	511.822	195.546	498.567
Energia elétrica	144.159	442.334	143.709	436.019
Despesas gerais	107.338	297.713	95.392	270.360
Depreciação e amortização	<u>174.699</u>	<u>526.144</u>	<u>161.331</u>	<u>549.581</u>
	<u>1.591.939</u>	<u>4.667.260</u>	<u>1.635.681</u>	<u>4.443.251</u>
Despesas com vendas:				
Salários e encargos	48.289	145.480	50.110	148.444
Obrigações previdenciárias (i)	1.496	4.391	1.886	5.806
Materiais gerais	2.183	6.105	2.028	5.679
Serviços de terceiros	45.466	162.383	24.231	133.535
Energia elétrica	147	474	136	471
Despesas gerais	18.365	57.901	19.053	56.895
Depreciação e amortização	2.213	5.546	1.555	5.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>70.495</u>	<u>146.043</u>	<u>17.308</u>	<u>93.416</u>
	<u>188.654</u>	<u>528.323</u>	<u>116.307</u>	<u>449.949</u>
Despesas administrativas:				
Salários e encargos	42.428	125.497	41.393	117.948
Obrigações previdenciárias (i)	27.802	83.787	27.587	244.267
Materiais gerais	1.061	3.451	1.203	3.164
Serviços de terceiros	39.024	107.311	26.111	79.114
Energia elétrica	385	1.112	346	823
Despesas gerais	83.718	146.251	80.104	152.260
Depreciação e amortização	3.339	12.148	5.331	17.272
Despesas fiscais	<u>10.738</u>	<u>57.041</u>	<u>11.603</u>	<u>49.240</u>
	<u>208.495</u>	<u>536.598</u>	<u>193.678</u>	<u>664.088</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:				
Salários e encargos	388.852	1.165.270	386.473	1.112.730
Obrigações previdenciárias (i)	38.099	114.843	41.358	285.403
Custos de construção	599.713	1.712.377	656.241	1.582.560

Notas Explicativas

Descrição	CONSOLIDADO			
	3º tri/12	Jan-Set/12	3º tri/11	Jan-Set/11
Materiais gerais	46.118	130.270	42.549	114.429
Materiais de tratamento	39.102	135.198	37.289	118.910
Serviços de terceiros	261.608	781.516	245.888	711.216
Energia elétrica	144.691	443.920	144.191	437.313
Despesas gerais	209.421	501.865	194.549	479.515
Depreciação e amortização	180.251	543.838	168.217	572.556
Despesas fiscais	10.738	57.041	11.603	49.240
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota 7(c))	<u>70.495</u>	<u>146.043</u>	<u>17.308</u>	<u>93.416</u>
	<u>1.989.088</u>	<u>5.732.181</u>	<u>1.945.666</u>	<u>5.557.288</u>

(i) Decréscimo ocorrido em obrigações previdenciárias deve-se pelo incremento do passivo atuarial relativo aos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão concedidos pela Lei Estadual nº 4819/58 (Plano G0), no valor de R\$ 157.527 com impacto no primeiro trimestre de 2011.

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	CONTROLADORA			
	3º tri/12	Jan-Set/12	3º tri/11	Jan-Set/11
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(75.012)	(227.145)	(77.800)	(273.729)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(22.529)	(68.276)	(23.155)	(60.303)
Outras despesas financeiras	(8.012)	(27.120)	(6.991)	(24.671)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(2.404)	(8.162)	(2.316)	(6.828)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(6.557)	(24.025)	(7.862)	(42.689)
Varição monetária sobre déficit incentivo Sabesprev mais	(347)	(1.154)	-	-
Outras variações monetárias	255	(2.917)	72	(705)
Provisões para contingências financeiras, líquidas dos pagamentos	<u>(39.844)</u>	<u>(117.960)</u>	<u>(40.155)</u>	<u>(108.278)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(154.450)</u>	<u>(476.759)</u>	<u>(158.207)</u>	<u>(517.203)</u>
Receitas financeiras:				
Variações monetárias ativas	13.727	34.814	17.386	64.784
Rendimento de aplicações financeiras	34.500	134.417	70.767	212.289
Juros e outras	<u>20.055</u>	<u>57.518</u>	<u>25.355</u>	<u>61.957</u>
Total de receitas financeiras	68.282	226.749	113.508	339.030
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(86.168)</u>	<u>(250.010)</u>	<u>(44.699)</u>	<u>(178.173)</u>

Notas Explicativas

Descrição	CONTROLADORA			
	3º tri/12	Jan-Set/12	3º tri/11	Jan-Set/11
Variações cambiais, líquidas:				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(23.060)	(145.502)	(466.324)	(322.976)
Outras variações cambiais	(15)	(40)	(61)	(69)
Variação cambial ativa	(50)	(105)	386	(14.564)
	<u>(23.125)</u>	<u>(145.647)</u>	<u>(465.999)</u>	<u>(337.609)</u>
Financeiras líquidas	<u>(109.293)</u>	<u>(395.657)</u>	<u>(510.698)</u>	<u>(515.782)</u>
Descrição	CONSOLIDADO			
	3º tri/12	Jan-Set/12	3º tri/11	Jan-Set/11
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(75.212)	(230.030)	(77.991)	(274.159)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(22.529)	(68.276)	(23.155)	(60.303)
Outras despesas financeiras	(8.014)	(27.560)	(7.066)	(24.767)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(2.404)	(8.162)	(2.316)	(6.828)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(6.557)	(24.026)	(7.862)	(42.689)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesprev mais	(347)	(1.154)	-	-
Outras variações monetárias	255	(2.917)	72	(705)
Provisões para contingências financeiras, líquidas dos pagamentos	<u>(39.844)</u>	<u>(117.960)</u>	<u>(40.155)</u>	<u>(108.278)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(154.652)</u>	<u>(480.085)</u>	<u>(158.473)</u>	<u>(517.729)</u>
Receitas financeiras:				
Variações monetárias ativas	13.733	34.820	17.386	64.794
Rendimento de aplicações financeiras	34.598	134.791	70.859	212.438
Juros e outras	<u>20.039</u>	<u>57.573</u>	<u>25.356</u>	<u>61.980</u>
Total de receitas financeiras	68.370	227.184	113.601	339.212
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(86.282)</u>	<u>(252.901)</u>	<u>(44.872)</u>	<u>(178.517)</u>
Variações cambiais, líquidas:				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(23.060)	(145.501)	(466.324)	(322.977)
Outras variações cambiais	(15)	(53)	(61)	(69)
Variação cambial ativa	(51)	(96)	386	(14.561)
	<u>(23.126)</u>	<u>(145.650)</u>	<u>(465.999)</u>	<u>(337.607)</u>
Financeiras líquidas	<u>(109.408)</u>	<u>(398.551)</u>	<u>(510.871)</u>	<u>(516.124)</u>

Notas Explicativas

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	CONTROLADORA			
	3ºtri/12	Jan-Set/12	3ºtri/11	Jan-Set/11
Outras receitas operacionais líquidas	14.528	48.009	(2.131)	58.058
Outras despesas operacionais	(74.061)	(80.683)	(10.540)	(19.346)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>(59.533)</u>	<u>(32.674)</u>	<u>(12.671)</u>	<u>38.712</u>

	CONSOLIDADO			
	3ºtri/12	Jan-Set/12	3ºtri/11	Jan-Set/11
Outras receitas operacionais líquidas	14.570	48.115	(2.103)	58.144
Outras despesas operacionais	(74.061)	(80.683)	(10.540)	(19.346)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>(59.491)</u>	<u>(32.568)</u>	<u>(12.643)</u>	<u>38.798</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de resultados nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis e perda do ativo imobilizado.

Acréscimo ocorrido em outras despesas operacionais, decorre do registro de estimativa de provisão para perdas com inventário de bens do intangível e provisão para valor recuperável de ativos intangíveis (impairment).

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos saldos contábeis, utilizados para a tomada de decisões estratégicas.

A administração da Companhia considera o negócio como prestação de serviço de água e esgoto. Nenhum segmento operacional foi agregado.

As informações por segmento de negócios para o período findo em 30 de setembro de 2012 são as seguintes:

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	Janeiro a Setembro de 2012			
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras (a)</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	3.593.277	2.913.137	1.749.984	8.256.398
Deduções da receita bruta	<u>(264.193)</u>	<u>(214.849)</u>	-	<u>(479.042)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	3.329.084	2.698.288	1.749.984	7.777.356
Custos, despesas com vendas e administrativas	<u>(2.515.427)</u>	<u>(1.504.377)</u>	<u>(1.712.377)</u>	<u>(5.732.181)</u>
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	<u>813.657</u>	<u>1.193.911</u>	<u>37.607</u>	<u>2.045.175</u>
Outras despesas operacionais líquidas				(32.568)
Resultado financeiro, Líquido				<u>(398.551)</u>
Lucro operacional antes dos impostos				<u>1.614.056</u>
Depreciação e amortização	301.876	241.962	-	543.838

As informações por segmento de negócios para o período findo em 30 de setembro de 2011 são as seguintes:

	CONSOLIDADO			
	Janeiro a Setembro de 2011			
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras (a)</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	3.348.872	2.698.811	1.621.183	7.668.866
Deduções da receita bruta	<u>(242.967)</u>	<u>(195.844)</u>	-	<u>(438.811)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	3.105.905	2.502.967	1.621.183	7.230.055
Custos, despesas com vendas e administrativas	<u>(2.475.864)</u>	<u>(1.498.864)</u>	<u>(1.582.560)</u>	<u>(5.557.288)</u>
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	<u>630.041</u>	<u>1.004.103</u>	<u>38.623</u>	<u>1.672.767</u>
Outras despesas operacionais líquidas				38.798
Resultado financeiro, Líquido				<u>(516.124)</u>
Lucro operacional antes dos impostos				<u>1.195.441</u>
Depreciação e amortização	307.789	264.767	-	572.556

Notas Explicativas

Os impactos na receita bruta das vendas e dos serviços são como segue:

	<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>Janeiro a Setembro de</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(a) Receita bruta de construção referente ao ICPC 1	(1.749.984)	(1.621.183)

Impactos no custo, despesas de vendas e despesas administrativas são como segue:

	<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>Janeiro a Setembro de</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(a) Custo de construção referente ao ICPC 1	(1.712.377)	(1.582.560)

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17, “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é composto de 227.836.623 ações ordinárias (31 de dezembro de 2011 – 227.836.623), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Número de ações</u>	<u>%</u>
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,26
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	56.043.834	24,60
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações)(*)	56.659.486	24,87
Outros	<u>625.217</u>	<u>0,27</u>
	<u>227.836.623</u>	<u>100,00</u>

(*) cada ADR equivale a 2 ações

A Companhia iniciou em 22 de junho de 2012 o pagamento dos juros sobre o capital próprio de 2011 no montante de R\$ 578.705, sendo retido o imposto de renda na fonte devido. O montante corresponde a R\$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos) por ação.

Outras informações sobre o patrimônio líquido, tais como remuneração aos acionistas, objetivo e finalidade de reservas, encontram-se na nota 18 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

23. LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>Jan- Set/2012</u>	<u>Jan- Set/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.146.488	730.405
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares de ações)	<u>227.836</u>	<u>227.836</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	5,03208	3,20584

A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

24. COMPROMISSOS

(i) Aluguéis operacionais

Em 30 de setembro de 2012, os aluguéis operacionais e de instalações já contratados requerem os pagamentos mínimos como segue:

2012	59.398
2013	58.745
2014	36.250
2015	2.191
2016	23
Total	<u><u>156.607</u></u>

As despesas com aluguéis para os períodos de julho a setembro de 2012 e 2011 foram de R\$ 14.729 e R\$ 8.808, respectivamente. Os valores referem-se às seguintes contas: aluguel de imóveis, aluguel de máquinas e equipamentos, aluguel de equipamentos de informática, aluguel de veículos, aluguel de equipamentos automotivos e aluguel de máquinas copadoras. Os contratos dos aluguéis operacionais encerram-se em 2016.

(ii) Energia elétrica

A Companhia apresenta contratos de longo prazo de compromisso firme com fornecedores de energia elétrica para uso próprio. Em 30 de setembro de 2012 os principais valores de contratos dessa modalidade são apresentados como segue:

Notas Explicativas

2012	281.861
2013	308.678
2014	109.675
2015	107.283
Total	<u>807.497</u>

As despesas com energia elétrica para os períodos de julho a setembro de 2012 e 2011 foram de R\$ 144.857 e R\$ 143.928, respectivamente, e para os períodos de janeiro a setembro de 2012 e 2011 foram de R\$ 442.815 e R\$ 436.554, respectivamente. Os contratos de demanda firme encerram-se em 2015.

25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Informações suplementares

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u> 30 de setembro de 2012
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa	
Juros capitalizados no período	225.270
Empreiteiros	39.227
Compromissos de contratos de programas contabilizados como adição no intangível	92.074
Arrendamento Mercantil	96.165
Margem de construção contabilizada no intangível	36.919
Outras adições no intangível	29.868

26. EVENTO SUBSEQUENTE

- *16ª Emissão de Debêntures*

Em novembro, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as condições aplicáveis à 16ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no montante total de R\$ 500 milhões, cujos recursos serão destinados ao pagamento de compromissos financeiros da Companhia.

- *17ª Emissão de Debêntures*

O Conselho de Administração da SABESP, em reunião realizada em 13 de novembro de 2012, aprovou a 17ª Emissão de Debêntures Simples (“17ª Emissão”), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de até R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), em até três séries, para distribuição pública, cujos recursos serão destinados ao pagamento de compromissos financeiros da Companhia em 2013, inclusive o

Notas Explicativas

resgate antecipado de debêntures de sua emissão e/ou ao pagamento de outra(s) dívida(s) da Companhia.

- *Parceria Público Privada (PPP) do Sistema Produtor de Água São Lourenço*

O edital para a Parceria Público Privada (PPP) do Sistema Produtor de Água São Lourenço foi lançado na primeira semana de novembro. O projeto deve demandar investimentos iniciais de R\$ 1,8 bilhão. Ao longo de 20 anos, o montante deverá atingir R\$ 5 bilhões.

De acordo com a SABESP, o Sistema Produtor São Lourenço é um complexo de abastecimento de água para cerca de 1,5 milhão de pessoas na região metropolitana de São Paulo. O sistema terá captação de 4,7 mil litros por segundo de água no Reservatório Cachoeira do França (na bacia do Alto Juquiá), uma nova estação de tratamento de água em Cotia e uma rede de adução para sete municípios da zona oeste da região metropolitana.

- *Contratação de financiamento com a Caixa Econômica Federal*

Em outubro de 2012 a SABESP formalizou com a Caixa Econômica Federal a contratação de financiamento para a complementação do afastamento do sistema de esgotamento sanitário do município de Monte Mor, no valor de R\$ 18.855. Os recursos são oriundos do FGTS - Programa Saneamento para Todos e foram obtidos por meio de processo de seleção do Ministério das Cidades - PAC 2.

Os encargos financeiros são: Juros de 6,00% a.a. Taxa de Risco de 0,30% a.a. e Taxa de Administração de 1,40% a.a. Indexador TR - Taxa Referencial. O prazo de carência é de 4 anos e o de amortização é de 20 anos.

- *Deliberação Arsesp-373, de 07-11-2012*

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, altera o cronograma da Deliberação Arsesp-370, de 08 de outubro de 2012, referente ao Processo de Revisão Tarifária da SABESP, através da Deliberação Arsesp-373, de 07 de novembro de 2012.

- *Primeira Revisão Tarifária*

A ARSESP, por meio da Deliberação nº 374, está submetendo à Consulta Pública Saneamento 004/12, a proposta referente à Tarifa Média Máxima Inicial (P0) preliminar e Fator de Ganhos de Eficiência (X) para o Segundo Ciclo da SABESP.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/09/2012				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3%	114.508.086	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	2.009	0	2.009	0
Diretoria	603	0	603	0
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	114.510.698	50,3%	114.510.698	50,3%
Ações em Circulação	113.325.925	49,7%	113.325.925	49,7%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/09/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3%	114.508.086	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	2.009	0	2.009	0
Diretoria	603	0	603	0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/09/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	114.510.698	50,3%	114.510.698	50,3%
Ações em Circulação	113.325.925	49,7%	113.325.925	49,7%

2. POSIÇÃO ACIONÁRIA

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia:			Posição em	
CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO			30/09/2012	
	Ações Ordinárias		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3	114.508.086	50,3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 10 de novembro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação.

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 13 de novembro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Délio Rocha Leite
Contador
CRC nº 1 SP 189302/O-8

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Exclusão de arquivo incluído indevidamente: Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresarias.